



Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

RELATÓRIO E CONTAS

Anuidade de 2024

Cumprindo o estipulado na alínea e) do artigo 39.º dos estatutos do MONAF, vem o Conselho de Administração do MONAF – Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M., apresentar o seu Relatório e Contas anual referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

2024 – Ano de Eleições

Ao terminar a anuidade de 2024 cessou o mandato dos Órgãos Sociais desta Instituição e em dezembro p.p., realizou-se a Assembleia Geral Eleitoral da qual resultou a eleição dos Associados que conduzirão os destinos do MONAF ao longo do próximo quadriénio de 2025-2028, entre os quais o Conselho de Administração que hoje está, formalmente, a apresentar este Relatório anual pretendendo-se deixar claro que, como poderão constatar, o esforço, os resultados, o mérito e o trabalho desenvolvido nesta anuidade agora terminada é, evidentemente, o resultado da dedicação e empenho de todos aqueles associados que serviram o MONAF nos Órgãos Sociais que nessa data findaram o seu mandato.

Fechado um ciclo um outro se iniciará, numa linha de continuidade do que de bom e bem tem sido feito, contando para tal com alguns associados que foram reeleitos e asseguram, estruturam e garantem a transição, assumindo com firmeza e convicção que é sempre possível melhorar e levar o MONAF a ir mais longe e a cumprir os objetivos para os quais foi criado, pelo que, é nosso compromisso que se continuará arduamente a trabalhar em prol da segurança e do bem-estar dos seus associados e das suas famílias.

Introdução

Qual o nosso papel enquanto associação mutualista numa sociedade em envelhecimento, onde somos líderes na Europa com uma em quase quatro pessoas com mais de 65 anos e com um risco crescente de insustentabilidade demográfica dados os baixos níveis de natalidade e de fecundidade e com uma tendência de diminuição da população no longo prazo, era a questão base no nosso Programa de Ação para 2025.

Aos 40 anos de vida que se irão completar já neste ano em curso, um marco na história de qualquer instituição, continuamos a agir e atuar na periferia do sistema de proteção social garantido (deficientemente) pelo omnipresente Estado, estando incluídos no denominado Sistema Complementar e temos os meios e mecanismos para podermos atuar quer no 2º Pilar – o empresarial e profissional – quer no 3ª Pilar – o individual e particular.

Não nos ficamos por estudos, análises, pareceres, opiniões e Livros de múltiplas cores e para diversificados gostos e quadrantes políticos e ideológicos, mas procurámos e implementámos soluções para irem ao encontro de problemas, mais que diagnosticados e estudados, relativos às quebras do nível e qualidade de vida dos portugueses quando, no fim do ciclo da sua vida de trabalho e início da merecida aposentação, não têm as reformas suficientes para a poderem gozar como mereciam.

O MONAF é a segunda maior mutualista do País especializada na área da previdência e permite gerar rendimentos maiores ou menores para cada Família, mas certamente adequados e adaptados ao esforço e capacidade de poupança de cada um e de todos os seus associados ao longo do tempo, que permitirão no futuro fazer face às, eventuais dificuldades, que venham a sentir e ajudar a colmatar ou minimizar os impactos das reduções das pensões futuras atribuídas pela Segurança Social, matéria tão problemática e de contornos ainda desconhecidos, mas de probabilidade elevada.

E considera o MONAF que é imperativo favorecer e estimular a literacia nestas matérias ao nível individual e sobretudo junto das novas gerações que são os que, no atual contexto e dada a completa inação dos responsáveis políticos, mais impactados serão pela erosão das pensões futuras que o Sistema Previdencial poderá vir a pagar.

Estamos por isso focados e com uma visão clara do que precisamos fazer para o próximo quadriénio e trabalharemos para alcançar esses objetivos e fins.

O ano de 2024 no MONAF

Das Contas

O Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da presente anuidade foram elaboradas de acordo com as exigências legais, normas e formas de apresentação definidas para as entidades do setor não lucrativo (nota 2.1 do Anexo) no qual se enquadra a Instituição.

Conforme registado nas demonstrações financeiras e no Anexo nos pontos respetivos, o EBITDA - Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos, foi positivo e da ordem dos 325.880,51 euros (o qual compara com os positivos 453.601,96 euros da anuidade de 2023).

O MONAF registou na anuidade **um Resultado Líquido positivo de 253.619,12 euros** (positivo e de 359.090,32 euros em 2023) passando os Fundos Patrimoniais a totalizar 860.209,44 euros. As Provisões Matemáticas totalizam agora 86.377.854,55 euros, um acréscimo de 1.366.109,97 euros, (+ 1,6%) face aos 85.011.744,58 euros que se encontravam registados na anuidade transata.

O Anexo ao Relatório de Administração é uma peça importante do Relatório e Contas de cada anuidade e relevante para conhecer devidamente a vida da instituição, a qual se pretende participativa, com envolvimento, empenho e esforço de todos e de cada um na divulgação e dinamização com captação de novos associados e subscrição de novos Planos de Benefícios, reforçando-se o seu crescimento e desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

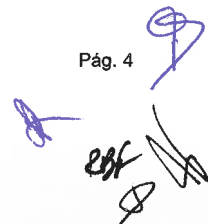
Em face das perspetivas futuras e do desempenho do MONAF o Conselho de Administração propõe que do resultado líquido apurado em 2024, positivo em 253.619,12 euros, 12.680,96 euros sejam destinados a Reserva Geral e o valor remanescente, no montante de 240.938,16 euros sejam aplicados em Resultados Transitados.

- Reserva Geral (5%)	12.680,96
- Resultados Transitados (95%)	240.938,16
Total	<u>253.619,12</u>

Provisões específicas

Conforme vem sendo referenciado, anualmente, nos Relatórios e Contas da Instituição, desde 2011 que se encontra em vigor, nos termos previstos no, atualmente, artigo 30º do CAM-Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei 59/2018 de 2 de Agosto), um Plano de Equilíbrio Técnico e Financeiro de médio e longo prazo por um período de 25 anos, que foi apresentado e aprovado na Assembleia Geral de 21 de março de 2012, tendo sido deliberado reduzir as Provisões Matemáticas calculadas atuarialmente e inerentes responsabilidades assumidas para com os associados.

Como consequência dessa decisão todos os benefícios contratados e que os associados tinham a 31 de dezembro de 2011, quer em pagamento, quer em formação, foram reduzidos em 23,48%. Por decisão da Direção (atualmente Conselho de Administração), conforme deliberação e poder que lhe foi concedida e ficou expresso na ata dessa Assembleia Geral, a redução das Provisões Matemáticas não teve o respetivo impacto nos benefícios em pagamento aos associados e relativos aos planos que se vencem ou estão em pagamento, dado que o racional e lógica subjacente à implementação desse Programa assentava, e assenta, na fundada expectativa de recuperação dos ativos de cobertura das responsabilidades assumidas perante os associados, com base no desenvolvimento e nos resultados futuros da Instituição.



A execução deste Programa de Equilíbrio Financeiro permitiu que, decorridos treze anos (2012-2024) desde aquela deliberação, se cumprissem as expectativas e anualmente os objetivos delineados, (com exceção do ano de 2022, pelas razões explicitadas e justificadas no Relatório e Contas dessa anuidade) aumentando progressivamente o montante das Provisões Matemáticas constituídas para fazer face às responsabilidades assumidas para com os associados, as quais, nesta anuidade, foram reforçadas com 1.366.109,97 euros face ao valor que encontrava registado em 31.12.2023.

Ao longo destes primeiros treze anos foi possível recuperar e aumentar o grau de cobertura das referidas Provisões Matemáticas permitindo reduzir a sua insuficiência dos referidos 23,48% para os atuais 9,30%, um aumento do grau de cobertura de 14,18 pontos ou, se quisermos em termos absolutos, reforçar as mesmas em 12,7 milhões de euros, passando de 73,68 milhões para 86,38 milhões de euros neste período.

É o que pode ser observado no Relatório Atuarial anual referente às responsabilidades com Planos de Benefícios e no Balanço Técnico Atuarial referente ao exercício de 2024, ambos elaborados por técnica atuarial certificada, independente e externa à Instituição.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Provisões matemáticas totais	96 292 186	95 167 856	91 853 204	91 372 533	90 846 644	92 475 945	95 840 734	95 863 950	96 456 695	97 425 414	98 102 914	99 250 939	97 867 770	95 233 880
Provisões matemáticas reduzidas	73 679 129	73 679 129	71 484 477	71 110 396	72 532 410	73 980 738	77 630 952	78 608 481	82 964 954	83 347 385	85 011 923	82 654 241	85 011 745	86 377 855
% de redução das provisões	23,48%	22,58%	22,18%	22,18%	20,16%	20,00%	19,00%	18,00%	14,00%	14,45%	13,34%	16,72%	13,14%	9,30%

Cumpra aliás realçar e destacar que nunca os associados deixaram de receber integralmente os benefícios por si contratados junto da instituição, o que como se compreende, tem um impacto significativo nas Contas de cada anuidade, reduzindo o ritmo de reforço de provisionamento e prolongando o tempo necessário para a sua completa e total recuperação (os 100% calculados para as Provisões Matemáticas Totais).

São decisões e políticas, conscientemente assumidas, e que não se prevê que tenham que ser alteradas, ajustando e incrementado apenas o esforço de gestão de todos os responsáveis da instituição e requerendo foco e atenção redobrada para garantir uma sã e prudente gestão dos nossos ativos e responsabilidades.

Os Ativos Financeiros do MONAF

O património do MONAF, isto é, os seus ativos financeiros líquidos, investidos e sob gestão no início de 2024, eram de 83,3 milhões de euros, podendo ser observado que a gestão financeira nesta anuidade gerou um resultado que atingiu os 9,1 milhões de euros representando uma rentabilidade de 10,9% (9,9% em 2023) conforme resumido no quadro seguinte:

	2024	2023
Perdas por Imparidades	(85 556)	(170 518)
Perdas por Redução de Justo Valor	(1 890 659)	(2 883 920)
Gastos de Financiamento	(70 726)	(91 777)
	(2 046 940)	(3 146 215)
Ganhos por Aumento de Justo Valor	8 048 698	7 463 888
Reversões	7 266	12 813
Outros Rendimentos	529 844	1 364 957
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	2 532 366	2 503 862
	11 118 174	11 345 520
Resultado Gestão Financeira	9 071 233	8 199 305
Rentabilidade anual sobre os Ativos Financeiros	10,9%	9,9%

(valores em euros)

À semelhança do ano de 2023, conseguiu-se um excelente retorno na gestão dos nossos ativos financeiros. É importante ter presente que as políticas de investimento do MONAF, têm uma orientação para diversificação e dispersão de aplicações, pretendendo evitar acumulações de risco e minimizá-lo, evitando qualquer concentração e peso excessivo em qualquer tipo de ativo ou geografia e gerindo o risco de liquidez, em paralelo e simultâneo, com a construção de uma carteira de ativos de médio e longo prazo, adequadas ao tipo, maturidade e duração das responsabilidades do MONAF para com os seus associados.

Os benefícios fiscais do Plano I para a Farmácia e colaboradores

Tal como o temos vindo a fazer em todas as anuidades desde a alteração legislativa de 2017, queremos uma vez mais aqui dar nota que investimentos através do Plano I do MONAF, "Aposentadoria por tempo de contribuição e invalidez com subsídio por morte" (complemento de reforma) garante o mesmo tratamento fiscal dos Fundos de Pensões de cariz profissional.

Assim, se a Farmácia entender, no seu modelo de gestão de recursos humanos, atribuir aos seus colaboradores uma pensão complementar de reforma irá por esta via fiscalmente eficiente, já que as importâncias suportadas com as quotizações do Plano I do MONAF podem ser aceites como custo fiscal e, portanto, dedutíveis no cálculo do IRC, reduzir o imposto a pagar ao Estado e contribuir para mitigar problemas que no futuro irão surgir, com a incapacidade desse mesmo Estado em garantir o que os seus colaboradores (e os cidadãos de forma genérica) desejariam e esperariam fosse a sua reforma, garantindo-lhes o nível e qualidade de vida, no mínimo, compatível com o existente até esse momento em que cessam o trabalho e deixam de auferir os correspondentes rendimentos da sua atividade profissional.

Estas contribuições/quotas entregues para os Planos I do MONAF, não são, igualmente, sujeitos a TSU (Segurança Social) o que representa por esta via uma poupança de custos de 23,75% para a Farmácia/sociedade e de 11% para o colaborador que não é igualmente sujeito a tributação em sede de IRS no momento das entregas/constituição da sua poupança para a reforma.

E se por algum motivo a Farmácia decidir suspender as contribuições, a flexibilidade dos Planos do MONAF e a sua forma de funcionamento permitem que o colaborador possa manter o Plano ativo bastando que se substitua no pagando das quotizações que lhe diziam respeito ou, simplesmente, optando por ficar a aguardar que o valor já entregue e a capitalizar (taxa técnica) comece a ser pago na data da sua reforma sob a forma de renda mensal vitalícia.

Requisitos de admissão a Associados

Como habitualmente, e por ser este Relatório também um meio privilegiado de contacto com os nossos associados, relembramos aqui, à semelhança de que já temos mencionado em outras ocasiões, os requisitos necessários para se poder ser associado da Instituição (art.º 8 dos Estatutos):

Pode ser Associado Efetivo ou Júnior quem satisfaça uma das seguintes condições:

Farmacêuticos; proprietários ou sócios de sociedades proprietárias de farmácia; colaboradores efetivos de farmácia; cônjuges, ascendentes e descendentes em primeiro grau de associados efetivos, e colaboradores efetivos de instituições do setor farmacêutico e de empresas suas participadas.

Acresce ainda a possibilidade de admissão de qualquer outra pessoa desde que esse potencial associado seja proposto por dois associados efetivos.

Os Associados Júnior, por virtude da sua menoridade, não usufruem da plenitude dos direitos do Associado Efetivo, exercendo os seus direitos e cumprindo as suas obrigações na pessoa do seu representante legal até que, atingindo a maioridade, passem a efetivos não perdendo, no entanto, a sua antiguidade como associado.

Evolução dos associados

Constituído em julho de 1985 o MONAF iniciou a admissão de associados em dezembro de 1986, tendo efetivado até agora um total de 4073 adesões, registando neste período 589 falecimentos, 4 exonerações e procedido à anulação de 12 inscrições, o que se traduz, em termos líquidos no final desta anuidade, em **3468 associados efetivos** sendo que 1210 recebem já rendas vitalícias de

aposentadoria, aos quais acrescem 13 beneficiários pensionistas que são cônjuges de associados falecidos, e ainda 4 beneficiários de rendas temporárias.

Das 50 adesões ocorridas nesta anuidade, 19 corresponderam a Farmacêuticos Comunitários, 29 a outras profissões e as restantes 2 adesões a associados juniores, constatando-se que a idade média foi de 36 anos (idêntica à observada em 2023) refletindo a prossecução dos objetivos de rejuvenescimento do MONAF que se procura e deseja e mais constitui um dos pilares de sustentabilidade da instituição.

Na anuidade registámos o falecimento 19 associados e num trabalho efetuado com base na análise e pesquisa por recurso a uma relação dos associados da instituição com idade mais avançada, de acordo com a sua data de nascimento registada, foi possível validar que mais 31 associados já tinham falecido no passado, situação esta que, desde a sua ocorrência, nunca foi comunicada ao MONAF.

Salientamos, nesta anuidade agora terminada, o início do recebimento da renda vitalícia de aposentadoria por mais 89 associados.

Imagem presença e comunicação

Ao longo da anuidade mantivemos reuniões e/ou contatos com os nossos parceiros institucionais, nomeadamente, com as Instituições Financeiras, Sociedades Gestoras de Ativos e Fundos de Investimento as quais se considera importante aqui destacar:

O Novo Banco, o Banco BIG, o Banco Finantia, a Heed Capital SGOIC, a UBP-Union Bancaire Privée (Suisse), o Banco Edmond de Rothschild (Luxembourg), o CaixaBank Luxembourg, a Golden Wealth Management, a MFW Global Winners, o Fundo TIIC, a Explorer Investments, a Crest Capital Partners, a Corum Investments, a Core Capital Partners, a Indico Capital Partners, a Horizon Equity Partners, a Oxy Capital, a UBS – Union Banque Suisse e a Biovance Capital Partners.

Na **APM – RedeMut** - Associação Portuguesa das Mutualidades, integramos a lista dos órgãos sociais eleitos para o quadriénio 2022-2025, exercendo a função de 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

Procedemos à adesão ao **Serviço de Saúde ao Domicílio** prestados no âmbito RedeMut (Rede Mutualista de Saúde das Associadas que compõem a Associação Portuguesa de Mutualidades), pela importância deste serviço como um complemento essencial ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), proporcionando a todos os associados do MONAF, gratuitamente, um acesso mais rápido e cómodo

a cuidados de saúde de qualidade a um preço acessível e sustentável, como alternativa às redes privadas e em complementaridade com o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Este Serviço funciona a nível nacional, todos os dias do ano, 24 horas por dia com consultas de clínica geral ao domicílio com copagamento de 15 euros; vídeo-consultas de clínica geral (gratuitas), em alternativa às consultas ao domicílio; transporte de urgência ao hospital gratuito, quando determinado pelo médico durante a consulta de urgência; aconselhamento médico telefónico; fisioterapia ao domicílio com copagamento de 15 euros; e enfermagem ao domicílio, com copagamento de 10 euros.

A disponibilização desse benefício, insiste-se, gratuito para todos os associados, requer apenas o preenchimento de um impresso de adesão com autorização de transmissão de dados e já aderiram a estes Serviços de Saúde ao Domicílio 198 associados.

Como forma de apoio às iniciativas dos estudantes de Farmácia e sensibilização para a realidade da Segurança Social e informação das respostas que o MONAF dispõe, manteve-se a política de donativos concedidos à APEF – Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia, à AEFUP – Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e à UBIPHARMA – Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade da Beira Interior.

Estivemos igualmente presentes na Expofarma, que decorreu entre os dias 21 e 23 de novembro de 2024, no Centro de Congressos de Lisboa, evento que permite fortalecer e incrementar a atividade comercial através do contato direto com os associados e potenciais associados, assim como reforçar a imagem da marca MONAF junto de todos os participantes.

O MONAF como Investidor Social tem colaborado de forma permanente desde 2018 com a Associação Dignitude, no apoio à concretização da sua missão em construir um futuro mais inclusivo e sustentável participando no Programa Abem, que apoia mais de 39.917 beneficiários garantindo o acesso ao medicamento por quem mais precisa.

No referente aos meios digitais a nossa “homepage” www.monaf.pt no ano de 2024 obteve 13.102 visitas e 43.080 pageviews mantendo-se atualizada com informação completa sobre os nossos Planos de Benefícios e respetivos simuladores, os aspetos relevantes, notícias e todas as novidades da nossa atividade mantendo-se a acessibilidade aos nossos serviços via e-mail monaf@monaf.pt.

Consignação Fiscal

Uma referência para a importância da Consignação Fiscal e a informação de que, nesta anuidade, recebemos um ofício da Autoridade Tributária, informando da transferência de 39.881,51 euros a favor do MONAF respeitante à consignação fiscal de 0,5% do IRS liquidado em 2022 com base nas declarações anuais de rendimentos de todos os sujeitos passivos de IRS que, nos termos da Lei n.º 16/2001 de 22 de junho, nos escolheram como seu destinatário nessa anuidade.

Agradecemos a todos aqueles que nos deram o privilégio de, num gesto solidário, contribuir para os objetivos associativos do MONAF, lembrando que tal como na anuidade transata, na sua declaração de rendimentos relativos ao ano de 2024 poderá efetuar essa consignação fiscal a favor do MONAF – sendo que esta decisão não representa qualquer encargo para si e permite que 0,5% do imposto por si já liquidado e pago às Finanças, reverta a favor do MONAF (NIF 501733809).

Ainda nos termos da Portaria 298/2013 de 4 de outubro, o contribuinte pode continuar a optar por atribuir à mesma entidade o benefício da dedução à coleta do IRS de 15% do IVA suportado em serviços de manutenção e reparação de automóveis e motociclos, passes sociais, alojamento, restauração, salões de beleza, ginásios e cabeleireiros, entre outros, benefício que manteve o limite de 250 euros por agregado familiar na anuidade de 2024.

EVOLUÇÃO PREVISTA DA ATIVIDADE

Finalizado o quarto e último ano, deste mandato de 2021/2024, e conforme supracitado no parágrafo “Das Contas” constata-se que os resultados obtidos nesta anuidade foram manifestamente positivos, quer ao nível do resultado líquido do exercício, quer ainda no referente ao reforço das provisões matemáticas dos planos de benefícios dos associados, como no Anexo pode ser analisado em pormenor nas rubricas das demonstrações financeiras.

Iniciou-se em janeiro de 2025 o mandato dos novos Órgãos Sociais da Instituição imbuídos no espírito e determinação de continuidade no desenvolvimento do trabalho efetuado e na pretensão de garantia de que o MONAF continue a evoluir e modernizar-se, assegurando-se o desenvolvimento sustentado e equilibrado da Instituição, cientes das dificuldades e desafios resultantes das crescentes incertezas quanto ao futuro.

O Conselho de Administração continuará a seguir a sua linha de ação pautando a sua atuação por critérios de gestão sã e prudente, nomeadamente no que se refere ao património financeiro da Instituição, para procurar permitir que seja possível continuar a obter rentabilidades positivas na gestão dos ativos financeiros e a valorização do património, aumentando a solidez e a sustentabilidade, para evitar que algum evento disruptivo e não expectável nos mercados financeiros afete a vida das Instituições, com impactos relevantes no MONAF.

Na vertente comercial as estratégias de comunicação continuarão a incidir e a ter como principal objetivo a divulgação do MONAF junto de todos os farmacêuticos, independentemente da sua área de especialização, sem que tal signifique ou implique uma menor atenção ou captação de novos associados junto de qualquer outra atividade profissional, estatuto laboral, estudantes e outros, conforme se verificou nesta anuidade na qual 60% dos novos associados não eram farmacêuticos.

O rejuvenescimento da nossa base de associados é uma premissa que entendemos como determinante para o desenvolvimento e sustentabilidade da instituição.

Na continuidade do anteriormente referido no parágrafo “Os benefícios fiscais do Plano I para a Farmácia e colaboradores” iremos continuar a desenvolver contactos e reuniões preferencialmente junto das Farmácias e de entidades do setor farmacêutico para, no âmbito das suas políticas de responsabilidade social e gestão e motivação dos seus recursos humanos, as sensibilizar para a importância de uma política de complementos de reforma para os seus colaboradores.

Por último referir que as farmácias que já aderiram à equiparação fiscal, contribuíram para a admissão de 262 novos associados que subscreveram planos com quotizações anuais que representam, cerca de, 115 mil euros.

O “novo” CAM - Código das Associações Mutualistas

Já no Relatório e Contas de 2023 se referia que, como se esperava desde o início, confirma-se que “o que nasce torto tarde ou nunca se endireita” e se em 2018 já afirmávamos que o modelo de supervisão previsto no CAM não seria passível de ser aplicado às mutualistas por diferentes ordens de razão, entre as quais se destacava o facto de se pretender pura e simplesmente aplicar o modelo de supervisão e solvência das seguradoras sem que o regulador desenvolvesse e criasse um modelo específico e adaptado à realidade do mutualismo, o tempo veio a dar-nos razão.

Convidamos os senhores associados a revisitarem o Relatório e Contas da anuidade de 2023 e relerem o que se referiu quanto a este tema e, pese embora o silêncio absoluto com que somos brindados, a diferentes níveis, após a comunicação da disponibilidade total do MONAF para poder colaborar e participar neste processo de revisão, temos noção que o processo já estará terminado mas retido no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e sem ser publicado, como é, infelizmente, normal no nosso País.

Relembramos apenas que o MONAF aguardou até 24 de abril de 2024 para que a Direção-Geral da Segurança Social efetuasse o registo das alterações decididas e votadas pelos associados aos seus Estatutos em Assembleia Geral de 26 de junho de 2019, alterações estas reconfirmadas e dadas a conhecer de novo aos senhores associados em Assembleias Gerais subsequentes de 26 de maio de 2021 e 30 de março de 2023, num processo administrativo que se arrastou mais de 5 anos e envolveu três diferentes e sucessivos Diretores-Gerais em funções neste organismo de tutela!

Retratamo-nos assim face ao afirmado em 2023 dado que, sendo um facto de que não assistimos ainda à publicação de um novo CAM, se conseguiu finalmente ter os Estatutos (aprovados pelos associados em 2019), registados antes das novas alterações estatutárias que, eventualmente, serão exigidas pelo novo CAM revisto.

Nota ainda para o facto de também (e apenas!) em 02 de maio de 2024 se ter conseguido finalmente ter o registo completo e oficial dos Órgãos Sociais do mandato de 2021/2024 na DGSS (felizmente com efeitos retroativos ao início do mandato).

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

O MONAF não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras Entidades públicas, conforme divulgado no Anexo.

AGRADECIMENTOS

Terminado este mandato não podemos, em nome e por solicitação expressa do anterior Conselho de Administração, deixar de enaltecer a colaboração ativa, competente e interessada dos membros do Conselho Fiscal cessante com quem reuniu regular e trimestralmente ao longo de 4 anos e onde se debateu e escalpelizou as contas auditadas pelo ROC, a dedicação da Mesa da Assembleia Geral, dos nossos Consultores, Auditores e Colaboradores, os quais constituíram um fator determinante na prossecução dos objetivos delineados e do desenvolvimento registado não só na anuidade mas, globalmente, durante todo este mandato.

A todos fica uma palavra de reconhecimento pela colaboração prestada.

Não pode ainda deixar de ser destacado o apoio prestado pela Associação Nacional das Farmácias, a quem se renova o mais sincero agradecimento.

Também uma mensagem de apreço às Instituições Financeiras, Bancárias, Seguradoras e outros parceiros com os quais mantemos relações Institucionais e que nos têm honrado com a sua colaboração.

Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

Demonstrações Financeiras

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	1 864,49	925,90
Investimentos financeiros	8	90 653 027,43	93 436 821,66
Associados	9	117 403,56	243 538,88
		<u>90 772 295,48</u>	<u>93 681 286,44</u>
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	10	-	12,00
Associados	9	503 438,03	600 605,04
Outros créditos a receber	11	1 057 493,44	1 812 537,26
Diferimentos	12	7 558,26	28 440,32
Caixa e depósitos bancários	13	2 371 565,10	1 381 101,29
		<u>3 940 054,83</u>	<u>3 822 695,91</u>
Total do Activo		<u>94 712 350,31</u>	<u>97 503 982,35</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	247 500,00	247 500,00
Reservas		17 954,52	-
Resultados transitados		341 135,80	-
Resultado líquido do período		<u>253 619,12</u>	<u>359 090,32</u>
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>860 209,44</u>	<u>606 590,32</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	15	86 377 854,55	85 011 744,58
Financiamentos obtidos	16	-	2 000 000,00
		<u>86 377 854,55</u>	<u>87 011 744,58</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	17	9 796,26	33 682,65
Estado e outros entes públicos	10	16 464,66	17 176,18
Associados	9	107 175,93	48 702,32
Diferimentos	12	240,98	539,51
Outras dívidas a pagar	11	7 340 608,49	9 785 546,79
		<u>7 474 286,32</u>	<u>9 885 647,45</u>
Total do Passivo		<u>93 852 140,87</u>	<u>96 897 392,03</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>94 712 350,31</u>	<u>97 503 982,35</u>

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Paula Alexandra Soares Se

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maíra Lúcia
Raquel Barreiros Faria Sampeiro

Soares e Pereira do Sousa

Paula Alexandra Soares Se

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

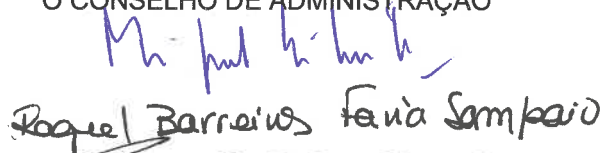
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Vendas e serviços prestados	18	4 840 501,30	5 548 410,27
Quotizações		4 662 562,15	5 385 191,99
Plano I		1 762 675,32	1 927 161,57
Plano II		2 482,08	3 566,24
Plano III		5 330,29	6 462,50
Plano V		1 675 528,96	1 818 639,08
Plano VI		1 216 545,50	1 629 362,60
Plano VII		-	-
Jóias		-	-
Receitas Administrativas e outras		177 939,15	163 218,28
Fornecimentos e serviços externos	19	(392 532,61)	(368 462,19)
Gastos com o pessoal	20	(389 312,21)	(345 611,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	7 265,92	237,50
Provisões específicas (aumentos/reduções)	15	(1 366 109,97)	(2 357 503,75)
Outras imparidades (perdas/reversões)		(85 556,00)	(157 943,14)
Aumentos/Reduções de justo valor	8	6 158 039,76	4 579 968,12
Outros rendimentos	21	3 062 209,69	3 868 818,84
Outros gastos	22	(11 508 625,37)	(10 314 312,03)
Plano I		(5 418 469,93)	(5 329 996,89)
Plano II		(33 076,92)	(32 015,46)
Plano III		-	-
Plano V		(2 301 549,96)	(2 041 988,57)
Plano VI		(3 424 309,97)	(2 735 687,86)
Plano VII		(3 689,17)	(4 475,38)
Outros		(327 529,42)	(170 147,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		325 880,51	453 601,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 / 23	(824,37)	(2 475,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		325 056,14	451 126,18
Juros e gastos similares suportados	24	(70 725,94)	(91 776,70)
Resultado antes de impostos (EBT)		254 330,20	359 349,48
Imposto sobre o rendimento do período	10	(711,08)	(259,16)
Resultado líquido do período		253 619,12	359 090,32

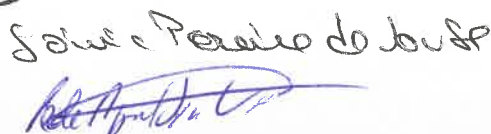
A CONTABILISTA CERTIFICADA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Pág. 16



MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 01-01-2023	1 14	247 500,00	23 459,73	445 734,77	(469 194,50)	247 500,00	247 500,00
Alterações no período							
Aplicação de Resultados do exercício anterior		-	(23 459,73)	(445 734,77)	469 194,50	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-
	2	-	(23 459,73)	(445 734,77)	469 194,50	-	-
Resultado líquido do período	3				359 090,32	359 090,32	359 090,32
Resultado integral	4=2+3				359 090,32	359 090,32	359 090,32
Operações com Instituidores no Período							
	5	-	-	-	-	-	-
Posição em 31-12-2023	6=1+2+3+5 14	247 500,00	-	-	359 090,32	606 590,32	606 590,32

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 01-01-2024	6 14	247 500,00	-	-	359 090,32	606 590,32	606 590,32
Alterações no período							
Aplicação de Resultados do exercício anterior		-	17 954,52	341 135,80	(359 090,32)	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	-	-	-
	7	-	17 954,52	341 135,80	(359 090,32)	-	-
Resultado líquido do período	8				253 619,12	253 619,12	253 619,12
Resultado integral	9=7+8				253 619,12	253 619,12	253 619,12
Operações com Instituidores no Período							
	10	-	-	-	-	-	-
Posição em 31-12-2024	11=6+7+8+10 14	247 500,00	17 954,52	341 135,80	253 619,12	860 209,44	860 209,44

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Alexandra Soares Sá

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roquel Barreiros
faúia Simão

Sónia Pereira de Jesus

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de associados		3 356 153,77	3 772 274,30
Pagamentos de apoios		(9 013 931,42)	(7 893 157,35)
Pagamentos a fornecedores		(414 072,17)	(280 987,56)
Pagamentos ao pessoal		(226 862,79)	(201 499,09)
Caixa gerada pelas operações		(6 298 712,61)	(4 603 369,70)
Outros recebimentos/pagamentos		(514 701,00)	(608 012,53)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(6 813 413,61)	(5 211 382,23)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(9 158 830,88)	(32 997 510,32)
Outros activos		(8 058 630,29)	(970 741,82)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		17 232 502,01	34 151 278,47
Outros activos		6 329 467,83	3 022 200,00
Juros e rendimentos similares		2 908 668,42	1 803 335,93
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		9 253 177,09	5 008 562,26
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		10 550 000,00	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11 930 000,00)	(1 000 000,00)
Juros e gastos similares		(69 216,78)	(91 776,70)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(1 449 216,78)	(1 091 776,70)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		990 546,70	(1 294 596,67)
Efeito das diferenças de câmbio		(82,89)	106,08
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 381 101,29	2 675 591,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	2 371 565,10	1 381 101,29

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Paula Alexandra Soares Sá

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel António
Raquel Barreiros Faria Sampaio
Sónia Pereira do Lago
Paula Almeida

Anexo ao Relatório e Contas do exercício de 2024

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O Montepio Nacional da Farmácia, Associação de Socorros Mútuos, com sede na Rua Marechal Saldanha, n.º 1, em Lisboa, doravante designada por MONAF, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída em 24 de julho de 1985, por escritura pública, folhas 2/6 do livro duzentos e sessenta e um do 1.º Cartório Notarial de Lisboa, publicação em extrato no Diário da República n.º 205, III série, de 6 de setembro de 1985 e n.º 99, III série, de 30 de abril de 1991, registada na Direção Geral da Segurança Social em 5 de maio de 1986 pela inscrição n.º1/86, fls. 162 e 162 verso do Livro 1 das Associações de Socorros Mútuos.

É uma Instituição reconhecida de utilidade pública ao abrigo do disposto no artigo 16º do Código das Associações Mutualistas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90 de 3 de março.

É através essencialmente da quotização dos seus associados que o MONAF prossegue os seus fins no interesse destes e suas famílias regendo-se pelos seus Estatutos e pela Lei.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ADOTADO

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e alterado pelo DL n.º 98/2015, de 2 de junho, passando desta forma a incorporar as disposições relativas às entidades do setor não lucrativo (ESNL) e às microentidades, até então constantes do DL 36A/2011, de 9 de março.

O SNC-ESNL é igualmente regulado pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos de demonstrações financeiras, pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprova o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo, pelo Aviso n.º 8259/2015, de 16 de julho, que publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo, e pelas normas interpretativas.

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

Não existem disposições do SNC-ESNL que tenham sido derogadas, pelo que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados do MONAF.

2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Os valores constantes das Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo MONAF na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. CONTINUIDADE

O MONAF avaliou, de acordo com a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, a capacidade de prosseguir com o seu negócio tendo concluído pela sua continuidade.

3.1.2. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos e abatimentos concedidos.

Os rendimentos e gastos provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes rendimentos e gastos são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação é comparável com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de apoio aos associados.

De acordo com o permitido pela rubrica 4.15 do Aviso 8259/2015 algumas rubricas da Demonstração de Resultados por natureza foram desagregadas, por forma a evidenciar as Modalidades de Benefícios existentes, proporcionando desta forma informação relevante para uma melhor compreensão do desempenho financeiro da empresa. Foram adequados os comparativos por forma a assegurar a comparabilidade.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos

anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação/abate e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações são calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas.

3.2.3. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.2.4. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços ou garantia de benefícios aos associados decorrentes da atividade normal do MONAF. O rédito é reconhecido líquido de eventuais abatimentos e descontos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos (e outros rendimentos similares) são reconhecidos como outros rendimentos e gastos líquidos quando existe o direito de os receber.

3.2.5. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando o MONAF tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

3.2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o MONAF se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou ao justo valor.

Nas situações em que o valor escriturado é superior ao valor recuperável, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Associados e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contrato para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Dinheiro;
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos; e
- Outros passivos financeiros.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.2.7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTO DO SELO

O MONAF, de acordo com o artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) encontra-se isento em sede de IRC em todas as categorias de rendimentos, mediante despacho publicado no Diário da República, III Série, n.º 32, de 7 de fevereiro de 1990.

Encontra-se ainda isento de Imposto do Selo por despacho publicado no Diário da República, I Série n.º 7, de 9 de janeiro de 1985, e pela alínea d) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo (CIS).

3.3. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**4.1. APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NC-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ESNL.

4.2. ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

Não se praticaram alterações de políticas contabilísticas no decorrer do exercício.

4.3. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4. ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não foram identificados ou corrigidos outros erros materiais referentes a exercícios anteriores.

5. FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem líquidos de descobertos bancários e depósitos a prazo.

O MONAF utilizou o método direto a partir dos registos contabilísticos. Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa em Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais englobam, essencialmente, o recebimento das quotizações dos planos de benefícios subscritos pelos associados, joras de admissão, bem como juros e amortizações de capital referentes aos empréstimos concedidos pelo MONAF aos seus associados, em contrapartida com o pagamento aos associados dos planos e rendas vencidas, concessão de empréstimos bem como pagamentos a fornecedores e pessoal.

As Atividades de Investimento revelam as entradas e saídas dos montantes aplicados e recebidos pelos investimentos efetuados. As Atividades de Financiamento incluem os financiamentos obtidos em contrapartida com juros e despesas relacionadas.

6. REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não são remunerados.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2024 e em 31/12/2023, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Activo bruto								
	Saldo em 01-01-2023	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2023	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024
Equipamento administrativo	45 671,32	873,78	-	-	46 545,10	1 762,96	-	-	48 308,06
Outros ativos fixos tangíveis	1 654,51	-	-	-	1 654,51	-	-	-	1 654,51
	47 325,83	873,78	-	-	48 199,61	1 762,96	-	-	49 962,57
	Depreciações acumuladas								
	Saldo em 01-01-2023	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2023	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024
Equipamento administrativo	43 162,32	2 456,88	-	-	45 619,20	824,37	-	-	46 443,57
Outros ativos fixos tangíveis	1 654,51	-	-	-	1 654,51	-	-	-	1 654,51
	44 816,83	2 456,88	-	-	47 273,71	824,37	-	-	48 098,08
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Activos tangíveis								
	Saldo em 01-01-2023	Variações			Saldo em 31-12-2023	Variações			Saldo em 31-12-2024
Activo bruto		Depreciações acumuladas	Imparidades	Activo bruto		Depreciações acumuladas	Imparidades		
Equipamento administrativo	2 509,00	873,78	(2 456,88)	-	925,90	1 762,96	(824,37)	-	1 864,49
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2 509,00	873,78	(2 456,88)	-	925,90	1 762,96	(824,37)	-	1 864,49

No presente exercício foi adquirido equipamento administrativo, no valor de 1.762,96 euros.

Os ativos fixos tangíveis apresentam um valor líquido de depreciações acumuladas de 1.864,49 euros.

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31/12/2024 e em 31/12/2023 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos investimentos financeiros foram os seguintes:

	Mensuração	VA 31-12-23	Aumentos	Reduções	Regularizações	VA 31-12-24	Justo valor	Imparidades acumuladas	Valor líquido
Participações de capital - Empresas Subsidiárias	MEP	6 225 000,00	7 000 100,00	(6 225 000,00)	-	7 000 100,00	-	-	7 000 100,00
Participação		-	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00
Empréstimos		6 225 000,00	7 000 000,00	(6 225 000,00)	-	7 000 000,00	-	-	7 000 000,00
Participações de capital - Empresas Associadas		574 000,00	58 610,29	(66 933,88)	-	565 676,41	-	-	565 676,41
Participação		303 258,18	-	(66 933,88)	-	236 324,30	-	-	236 324,30
Empréstimos		270 741,82	58 610,29	-	-	329 352,11	-	-	329 352,11
Participações de capital - Outras Empresas	Custo aquisição	1 563 500,00	1 000 020,00	(104 467,83)	-	2 459 052,17	-	(5 556,00)	2 453 496,17
Participação		9 056,00	100 020,00	-	-	109 076,00	-	(5 556,00)	103 520,00
Empréstimos		1 554 444,00	900 000,00	(104 467,83)	-	2 349 976,17	-	-	2 349 976,17
Ações	Custo aquisição ou Justo valor	845 134,55	-	(499 990,00)	-	345 144,55	(33 329,15)	(303 125,00)	8 690,40
Obrigações	Custo aquisição ou Justo valor	17 511 310,96	7 368 176,22	(7 304 774,54)	94 350,04	17 669 062,68	363 363,55	-	18 032 426,23
Carteiras gestão externa	Justo valor	32 989 893,41	13 807 211,42	(22 446 256,08)	-	24 350 848,75	3 942 680,63	-	28 293 529,38
Fundos private equity	Justo valor	28 185 473,52	1 750 000,00	(2 525 898,94)	-	27 409 574,58	3 162 422,94	-	30 571 997,52
Fundos imobiliários	Justo valor	2 000 000,00	-	-	-	2 000 000,00	63 492,06	-	2 063 492,06
Outros Investimentos	Custo aquisição ou Justo valor	2 145 335,26	-	(1 238 449,60)	57 579,18	964 464,84	58,36	-	964 523,20
Coleções	Custo aquisição	1 225 020,00	-	(133 600,00)	-	1 091 420,00	-	(392 323,94)	699 096,06
		93 264 667,70	39 042 848,22	(46 941 772,58)	151 929,22	83 855 343,98	7 498 688,39	(701 004,94)	90 653 027,43

Destacamos relativamente à anuidade de 2024 as seguintes variações:

Participações de capital – Empresas Subsidiárias – Projeto Imobiliário República 95

Em julho de 2022 o MONAF através de um Contrato de Cessão da Quota que incidiu sobre a totalidade do capital social, no valor de 100,00 euros passou a ser o sócio único da sociedade DINOSAUR STRATEGY, Lda. O objeto desta sociedade era proceder à finalização da construção para venda, em regime de propriedade horizontal, de um complexo imobiliário na Avenida da República 95, em Lisboa. No âmbito do contrato o MONAF realizou prestações acessórias, no montante de 6.225.000,00 euros que se destinaram à aquisição do imóvel que passou a ser propriedade da sociedade.

No mês de dezembro de 2024 e de acordo com o definido contratualmente foi concretizada a cessão da posição contratual do MONAF que foi reembolsado por 7.907.679,71 euros correspondentes ao

valor das prestações acessórias e respetivos juros finalizando assim a sua participação neste projeto imobiliário.

Participações de capital – Empresas Subsidiárias – Projeto Rua do Aqueiro - VNGAIA

Em julho de 2024 o MONAF através de um Contrato de Cessão da Quota que incidiu sobre a totalidade do capital social, no valor de 100,00 euros, passou a ser o sócio único da sociedade REGRAS OPORTUNAS, Lda. O objeto desta sociedade veículo é proceder ao desenvolvimento de um projeto de construção para venda, em regime de propriedade horizontal, mais concretamente de um complexo imobiliário na Rua do Aqueiro em Vila Nova de Gaia.

No âmbito do contrato celebrado o MONAF realizou prestações acessórias, que totalizaram 7.000.000,00 euros, os quais se destinaram à aquisição do referido imóvel que passou a ser propriedade da sociedade através de escritura pública realizada no dia 31.07.2024.

Participações de capital – Empresas Associadas – Projeto Viriato

A constituição desta sociedade tem como objetivo o desenvolvimento de um projeto de aquisição e consolidação de funerárias, com a designação VIRIATO - FUNERÁRIAS PORTUGUESAS, S.A.

Em setembro de 2023 o MONAF subscreveu 1.754.389 ações da categoria A da sociedade MENLO SPV, no valor de 303.258,18 euros, correspondentes a 35,09% do capital social e dos direitos de voto da sociedade.

Com referência a 31/12/24 tinham sido realizadas prestações acessórias, no valor de 329.352,11 euros, as quais não vencem juros.

Por aplicação do MEP sobre as contas de 2023 foi reconhecida uma perda de 66.933,88 euros passando o valor da participação a ascender a 236.324,30 euros.

Participações de capital – Outras empresas

Huron Investments,SARL - em novembro de 2019 foi adquirido à sociedade 11,1% do capital da INVESTAC,SA, no valor de 5.556,00 euros e realizados suprimentos de 494.444,00 euros para participação no financiamento do projeto reabilitação do Edifício Álvares Cabral 27 Residence (AC27) em Lisboa.

No final de 2024 foram realizadas as escrituras dos imóveis habitacionais iniciando a sociedade o processo de devolução dos suprimentos tendo MONAF nesta primeira fase sido reembolsado por 104.468,00 euros dos 494.444,00 euros concedidos como suprimentos.

Participações de capital – Outras empresas – IMO4BUILD – Gestão e Consultoria Imobiliária, Lda.

Em janeiro de 2021 foi celebrado um Contrato de Cessão de Quota sobre a sociedade correspondente a 10% do capital, no valor de 1.000,00 euros que conduziu à alteração simultânea do pacto social desta sociedade, ficando esta impossibilitada de vender qualquer imóvel sem expressa deliberação em AG por unanimidade dos sócios. No âmbito do contrato celebrado o MONAF obrigava-se à realização de suprimentos os quais a 31/12/24 totalizavam 1.860.000,00 euros, dos quais:

- (i) 360.000,00 euros respeitam a um projeto em desenvolvimento para construção de 4 moradias (Terreno Vila Nova);
- (ii) 1.500.000,00 euros são referentes a um novo projeto para construção de 13 moradias (Projeto Vila Nova Parque). Com referência a 31/12/24 todas as moradias já haviam sido vendidas;

Em novembro de 2024 foi celebrado novo contrato referente ao projeto de construção para venda de complexo imobiliário (Vila Nova Parque II). No âmbito deste projeto o MONAF compromete-se a efetuar suprimentos no montante de 2.060.000,00 euros, tendo sido já sido pagos 100.000,00 euros no decorrer do mês de dezembro.

Todas as condições definidas nos contratos salvaguardam os interesses e garantias do MONAF.

GLOBCORE I, S.A. - O MONAF detinha, com referência a 31/12/22, 3.000 ações da sociedade no valor de 3.000,00 euros, concedido à sociedade prestações suplementares, no valor de 597.000,00 euros e subscrito um empréstimo obrigacionista, no valor de 1.000.000,00 euros.

Em março de 2023 a GLOBECORE I, SA procedeu ao reembolso integral das prestações acessórias e do empréstimo obrigacionista. Esta sociedade levou ainda a cabo uma redução de capital por extinção de ações com respetivo reembolso aos acionistas.

Por esta via o MONAF passou a deter 2.500 ações mantendo-se a 31.12.2024 a percentagem de participação de 5% e o pagamento regular de dividendos pela sociedade que este ano se cifraram em 58.125,00 euros.

Participações de capital – Outras empresas – MPS – Mútua Portuguesa de Saúde

No 2.º trimestre de 2024 foi formalmente constituída a MPS- Mútua de Seguros, CRL com um capital social de € 4.400.160,00 totalmente subscrito e realizado em dinheiro pelos cooperadores, representado em 73.336 títulos nominativos, dos quais 1.667 títulos, no total de 100.020,00 euros, foram subscritos e realizados pelo MONAF, conforme se encontrava definido e foi aprovado em Assembleia Geral de associados em 14 de dezembro de 2022.

Obrigações – 31/12/2024

	ISIN	Vencimento	VA	JVacum	Cambial	VL
Títulos em euros						
Farminveste SGPS 4,5% 2021/2025	PTFNVCOM0009	06/10/2025	99 995,00	-	n/a	99 995,00
Farminveste IPG 4,25% 2019/2033	Emissão Particular	01/02/2033	5 000 000,00	-	n/a	5 000 000,00
Farminveste IPG 3,5% 2020/2027	Emissão Particular	29/06/2027	3 000 000,00	-	n/a	3 000 000,00
MIDAS CAPITAL 8% 2020/2025	Emissão Particular	21/01/2025	200 000,00	-	n/a	200 000,00
BCPPL 9 1/4 PERP	PTBCPFOM0043	Perpétuas	-	-	n/a	-
LLOYDS 6,375% PERP	XS1043545059	Perpétuas	490 930,00	9 745,00	n/a	500 675,00
CMZB 6,125% PERP	XS2189784288	Perpétuas	950 420,00	60 230,00	n/a	1 010 650,00
BCP 9,25% PERP 01/24 - trf Heed	PTBCPFOM0043	Perpétuas	0,00	-	n/a	-
DB 6,75% PERP 10/28 - trf Heed	DE000DL19WG7	Perpétuas	1 005 760,00	3 410,00	n/a	1 009 170,00
J Mello Capital_4,25% 2023/2028	Emissão Particular	15/06/2028	1 500 000,00	-	n/a	1 500 000,00
JMELLO Flt 3,875% 2019/2027	PTJLLDOM0016	22/01/2027	521 000,00	(6 000,00)	n/a	515 000,00
AFFP 8,125% 05/28 C	FR001400F2R8	31/05/2028	102 275,00	-	n/a	102 275,00
GVOLT 5,20% 11/27	PTGNVGOM0004	18/11/2027	102 650,00	(2 650,00)	n/a	100 000,00
INEGRP 2,875% 05/26 C	XS1843437549	01/05/2026	-	-	n/a	-
RENAULT 2,375% 05/26 C	FR0014000NZ4	25/05/2026	-	-	n/a	-
BATSLN 5,375% 02/31 C	XS2589367528	16/02/1931	-	-	n/a	-
Bacalhôa 7,5% 2023/2033	Emissão Particular	30/06/2033	250 000,00	-	n/a	250 000,00
BCPPL FRN 4% 05/32 C	PTBCPGOM0067	17/05/2032	81 500,00	18 500,00	n/a	100 000,00
ELOFR 4,875% 12/28 C	FR001400EHH1	08/12/2028	96 622,00	2 472,00	n/a	99 094,00
CAJAMA FRN 8% 09/26 C	XS2535283548	22/09/2026	101 550,00	-	n/a	101 550,00
GVOLT 4,65% 02/29	PTGNVKOM0008	14/02/2029	150 000,00	-	n/a	150 000,00
FIDELI FRN 4,25% 09/31 C	PTFIDBOM0009	09/04/1931	95 900,00	4 100,00	n/a	100 000,00
ROMANI 5,375% 03/31	XS2770920937	22/03/2031	74 862,50	137,50	n/a	75 000,00
PEMEX 4,75% 02/29	XS1824424706	26/02/2029	85 790,00	7 089,00	n/a	92 879,00
CSTRAN FRN Float NCD 03/25 PERP	PTTRVBOE0000	Perpétuas	88 500,00	4 500,00	n/a	93 000,00
Títulos em moeda estrangeira						
TREASURIES 1 7/8 11/15/51	XS1085735899	15/10/2024	2 720 407,60	154 410,92	91 601,74	2 966 420,26
TREASURIES 1 7/8 02/15/51	USN15516AB83	31/01/2050	864 459,01	107 419,13	(5 160,17)	966 717,97
			17 582 621,11	363 363,55	86 441,57	18 032 426,23

Dos movimentos ocorridos no exercício destacamos o reembolso de 3.000.000,00 euros de obrigações BCPPL 9 ¼ PERP 01/24 e da transferência de Treasuries (obrigações do tesouro americano), no valor de 3.584.866,61 euros, da carteira de obrigações da Heed Capital para o Novo Banco para o reforço das garantias bancárias prestadas no âmbito dos financiamentos contratualizados.

Carteiras em Gestão externa

As carteiras em gestão através de sociedades gestoras de patrimónios, nacionais e internacionais, encontram-se maioritariamente direcionadas para carteiras de fundos de investimento com um perfil definido para cada um dos operadores, com diferentes graus de risco e volatilidades, assim como peso de ativos em gestão, moedas de investimento e geografias, uns mais conservadores e

equilibrados e outros com maior risco e inerente potencial de maior rentabilidade. Destacamos os seguintes movimentos ocorridos no período:

- (i) a liquidação da carteira Julius Baer, no decorrer do mês de março, por 1.053.411,07 euros. A mesma apresentava um valor líquido a 31/12/23 de 1.030.342,17 euros resultando desta operação um ganho de 23.265,32 euros;
- (ii) a transferência de obrigações do tesouro americano da carteira de obrigações da Heed Capital para o Novobanco conforme anteriormente indicado;
- (iii) a venda de 1.500.000 obrigações JOSEML FLOAT 05/30/25 na carteira de obrigações da Heed Capital por 1.563.306,96 euros;
- (iv) a transferência para depósitos à ordem (Novo Banco) do excedente de liquidez das carteiras Heed Capital, no valor de 2.450.000,00 euros.

Fundos Private Equity

Apresentam o seguinte detalhe:

	Compromisso Atual	Capital não realizado	JV Acumulado	Valor Líquido
EXPLORER II	4 257 012,13	(227 637,69)	(2 899 114,44)	1 357 897,69
EXPLORER III	909 575,00	(909 575,00)	472 460,00	1 382 035,00
EXPLORER IV	4 478 827,23	(1 093 650,35)	404 982,63	4 883 809,86
CREST I - FCR	1 127 199,88	(208 885,22)	1 235 559,20	2 362 759,08
OXY CAPITAL II FCR	172 753,00	(172 753,02)	683 770,00	856 523,00
INDICO VC FUND I	443 803,00	(49 168,26)	220 357,01	664 160,01
TIIC 2	3 869 312,00	(960 478,00)	218 049,91	4 087 361,91
CREST II - FCR	2 500 000,00	(903 500,00)	1 122 520,00	3 622 520,00
QUALITAS III	90 794,71	-	38 867,10	129 661,81
QUALITAS IV	93 907,35	-	22 090,50	115 997,85
HORIZON EQ PART II	2 500 000,00	(103 078,77)	437 473,90	2 937 473,90
HCAPITAL II FCR	500 000,00	(178 418,87)	(23 977,13)	476 022,87
BIZ - GREENPOWER	1 000 000,00	-	61 506,00	1 061 506,00
OXY CAPITAL III FCR	987 500,00	(122 362,94)	306 579,81	1 294 079,81
INDICO OPPORTUNITY FUND I	174 978,00	(102 816,67)	(2 778,77)	172 199,23
CORE CONSOLIDA	1 250 000,00	(642 150,67)	(25 000,00)	1 225 000,00
OXY CAPITAL LIQUID OPPORTUNITIES B	249 137,12	-	52 891,31	302 028,43
HORIZON GROWTH FUND I	500 000,00	(219 966,66)	9 803,85	509 803,85
BIOVANCE CAPITAL FUND I	500 000,00	(490 276,00)	(2 532,00)	497 468,00
OXY CAPITAL IV FCR	1 250 000,00	(875 111,45)	-	1 250 000,00
<u>Outros, em desinvestimento</u>				
FUNDO CORE RESTART	60 974,00	n/a	1 124 308,50	1 185 282,50
NOVENERGIA II	378 483,36	n/a	(248 954,44)	129 528,92
ALBATROSS	115 317,80	n/a	(46 440,00)	68 877,80
Total	27 409 574,58	(7 259 829,57)	3 162 422,94	30 571 997,52

Dos movimentos ocorridos no período salientamos a subscrição de unidades de participação dos fundos Biovance Capital I e Oxy Capital IV FCR, no valor de 500.000,00 e 1.250.000,00 euros, respetivamente e reduções de capital do fundo Explorer IV no total de 1.329.023,97 euros.

Afinsa

O Tribunal de Madrid decretou a conclusão do processo de insolvência e a extinção da Afinsa em janeiro de 2024. A sentença determinou o encerramento do processo de insolvência e o cancelamento de todos os registos públicos da empresa. O MONAF já havia reconhecido uma imparidade pelo total do valor da participação que detinha nesta entidade. Na sequência da decisão do tribunal procedeu à regularização contabilística deste valor.

Coleção Numismática

Em dezembro de 2024 foi alienado a uma empresa nacional especializada neste tipo de ativos um lote de moedas da coleção do MONAF por um valor de 97.873,40 euros, valor que se considerou adequado face ao valor de mercado.

A mesma entidade manifestou ainda interesse em comprar um outro lote de moedas, não tendo ainda havido um acordo nesse sentido na presente anuidade. No entanto, face ao enquadramento contabilístico aplicável assim como para salvaguardar eventuais menos valias numa futura venda entendeu-se, por uma questão prudencial, registar para este lote um ajustamento de 80.000,00 euros. Neste seguimento, o valor global da coleção de numismática a 31/12/24, ascende a 699.096,06 euros.

Ao nível dos resultados, o impacto das variações de justo valor foi o seguinte:

	2024	2023
Ganhos por aumentos de justo valor		
Acções	10 599,37	24 521,28
obrigações	281 472,93	915 132,56
Carteiras gestão externa	2 956 151,84	4 549 486,67
Fundos Investimento Imobiliário	-	17 369,32
Fundos Capital Risco - Private Equity	4 800 474,17	1 957 306,00
Outros	-	72,44
	8 048 698,31	7 463 888,27
Perdas por reduções de justo valor		
Acções	(23 203,36)	(22 688,00)
Obrigações	(10 428,60)	(405 505,19)
Carteiras gestão externa	(799 769,85)	(1 239 949,23)
Fundos Capital Risco - Private Equity	(1 057 219,08)	(1 215 777,73)
Outros	(37,66)	-
	(1 890 658,55)	(2 883 920,15)
	6 158 039,76	4 579 968,12
Por tipo de activo		
Acções	(12 603,99)	1 833,28
Obrigações	271 044,33	509 627,37
Carteiras gestão externa	2 156 381,99	3 309 537,44
Fundos Investimento Imobiliário	-	17 369,32
Fundos Capital Risco - Private Equity	3 743 255,09	741 528,27
Outros	(37,66)	72,44
	6 158 039,76	4 579 968,12

Da variação de justo valor das Obrigações destacamos: LLOYDS 6.375% PERP, 12.025,00 euros, CMZB 6.125% PERP, 42.520,00 euros, DB 6,75% PERP 77.260 euros, T1 7/8 11/15/51, 22.300,42 euros e T 1 7/8 02/15/51, 62.734,66 euros.

As carteiras em gestão externa registaram uma variação líquida de justo valor positiva em 2.156.381,99 euros que se decompõe da seguinte forma:

Carteiras em Gestão externa	Aumentos	Reduções	31/12/2024
Heed Capital - Obrigações	627 914,33	(27 713,76)	600 200,57
MFW EQ A IOP EUR	611 442,31	(70 662,20)	540 780,11
Heed Capital - Trading	784 623,11	(331 528,98)	453 094,13
Banque Privee BCP Suisse	268 323,00	(47 393,00)	220 930,00
Banco Rothschild	193 519,75	-	193 519,75
BPI Suisse	174 042,92	-	174 042,92
BIG MACRO FUND	88 594,06	(21 205,09)	67 388,97
Golden Assets	88 706,39	(21 652,52)	67 053,87
BIZ	3 752,91	(3 752,91)	-
Heed Capital - Fundos	115 233,06	(275 861,39)	(160 628,33)
Total	2 956 151,84	(799 769,85)	2 156 381,99

Nomeadamente as carteiras Heed Capital Obrigações e Trading:

Heed CAPITAL - CARTEIRAS	Aumentos	Reduções	31/12/2024
Heed Capital - Trading	784 623,11	(331 528,98)	453 094,13
Heed PATRIM LUX	301 345,35	(94 170,42)	207 174,93
BARCLAYS PLC	38 425,20	-	38 425,20
SOCIETE GENERALE	44 506,59	(11 560,00)	32 946,59
NOS	170 720,00	(142 120,00)	28 600,00
BCP	9 550,00	-	9 550,00
REN - REDE ENERG	32 250,00	(28 256,26)	3 993,74
BNP PARIBAS	3 029,71	-	3 029,71
MERLIM PROPERTIES	20 925,00	(19 425,00)	1 500,00
ABN AMRO BANK NV	425,08	-	425,08
DEUSTCHE BANK AG	18,26	-	18,26
FLEXDEAL	30 026,42	(30 026,42)	-
CREDIT SUISSE GR ADR	1 004,59	(1 825,73)	(821,14)
OUTROS - Liquidez	132 396,91	(4 145,15)	128 251,76
Heed Capital - Obrigações	627 914,33	(27 713,76)	600 200,57
BCPPL 4 05/17/32	69 405,00	-	69 405,00
CMZB 4 1/4 PERP	32 978,00	-	32 978,00
FIDELI 4 1/4 09/04/3	21 208,00	-	21 208,00
HSBC 4 3/4 PERP	17 200,00	(80,00)	17 120,00
ABNANV 4 3/8 PERP	12 832,00	-	12 832,00
BNP 6 7/8 PERP	13 678,00	(5 220,00)	8 458,00
CRLPL 2 1/2 11/05/26	8 392,00	-	8 392,00
RABOBK 4 5/8 PERPV	6 754,00	-	6 754,00
CMIGBZ 9 1/4 12/05/24	1 780,57	-	1 780,57
SOCOEN 7 7/8 PERP	5 151,99	(5 897,99)	(746,00)
BAC FLOAT 02/05/26	4 601,48	(7 315,77)	(2 714,29)
CRLPL 2 1/2 11/05/26	-	(9 200,00)	(9 200,00)
OUTROS - Liquidez	433 933,29	-	433 933,29
Heed Capital - Fundos	115 233,06	(275 861,39)	(160 628,33)
OUTROS - Liquidez	49,52	(21,80)	27,72
Magallanes Value	112 133,17	(146 438,40)	(34 305,23)
Euro BIC Brasil	3 050,37	(129 401,19)	(126 350,82)

Salientamos ainda os fundos de Private Equity que registaram, no cômputo geral, uma variação líquida positiva do justo valor de 3.743.255,09 euros, assim desdobrados:

Fundos de Private Equity	Aumentos	Reduções	31/12/2024
Crest I - FCR	1 458 438,00	(14 458,53)	1 443 979,47
Crest II - FCR	1 244 120,00	(53 000,00)	1 191 120,00
Fundo Core Restart	867 641,80	-	867 641,80
TIIC 2	235 139,58	(40 881,73)	194 257,85
HORIZON EQ PART II	272 040,86	(123 866,06)	148 174,80
Explorer IV	331 922,78	(214 611,35)	117 311,43
OXY CAPITAL III FCR	114 862,81	(442,00)	114 420,81
OXY CAP LIQ OPPORT B	46 150,43	-	46 150,43
BIZ - GREENPOWER	99 905,00	(53 826,00)	46 079,00
QUALITAS III FCR	24 168,10	-	24 168,10
QUALITAS IV FCR	13 187,50	-	13 187,50
HORIZON GROWTH FUND I	23 348,75	(13 544,90)	9 803,85
INDICO OPPORTUNITY FUND I	-	(1 059,77)	(1 059,77)
BIOVANCE CAP FUND I	-	(2 532,00)	(2 532,00)
Indico VC Fund I	32 439,56	(40 958,55)	(8 518,99)
HCAPITAL II FCR	-	(14 642,13)	(14 642,13)
Explorer III	-	(17 487,25)	(17 487,25)
CORE CONSOLIDA	-	(25 000,00)	(25 000,00)
Albatross	1 579,80	(43 421,69)	(41 841,89)
NOVENERGIA II	-	(50 000,00)	(50 000,00)
Oxy Capital II FCR	35 529,20	(111 968,00)	(76 438,80)
Explorer II	-	(235 519,12)	(235 519,12)
Total	4 800 474,17	(1 057 219,08)	3 743 255,09

9. ASSOCIADOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos saldos devedores dos associados em 31/12/2024:

	2024				
	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
Quotas:					
Plano I a V	85 257,56	-	85 257,56	85 257,56	-
Plano VI	2 470,00	-	2 470,00	2 470,00	-
Plano VII	-	-	-	-	-
Empréstimos	458 036,67	83 328,65	374 708,02	257 304,46	117 403,56
Cobranças	155 010,55	-	155 010,55	155 010,55	-
Rendas vitalícias:					
Plano I e VII	3 395,45	-	3 395,45	3 395,45	-
	704 170,23	83 328,65	620 841,58	503 438,02	117 403,56

Apresentamos de seguida a decomposição dos saldos devedores dos associados em 31/12/2023:

	2023				
	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
Quotas:					
Plano I a V	92 125,61	-	92 125,61	92 125,61	-
Plano VI	600,00	-	600,00	600,00	-
Empréstimos	626 504,65	90 594,57	535 910,08	292 371,20	243 538,88
Cobranças	212 112,78	-	212 112,78	212 112,78	-
Rendas vitalícias:					
Plano I e VII	3 395,45	-	3 395,45	3 395,45	-
	934 738,49	90 594,57	844 143,92	600 605,04	243 538,88

Associados

Quotas e cobranças

O valor por receber dos associados relativo a quotas em dívida totalizava 242.738,11 euros, dos quais 87.727,56 euros dizem respeito a quotizações de dezembro de 2024 a cobrar via Banco aos quais acrescem 155.010,55 euros, correspondentes às restantes quotizações em cobrança que não se processam por aquele meio de pagamento.

Empréstimos

A 31 de dezembro de 2024 o número total de associados com empréstimos junto do MONAF totalizava 34 (menos 14 que no período homólogo). O total em dívida ascendia a 458.036,67 euros, representando uma diminuição de 168.467,98 euros (-26,89%).

	2024	2023
Hipotecários		
N.º empréstimos	2	2
Capital em dívida	84 348,65	91 614,57
Valor médio por associado	42 174,33	45 807,29
Sobre provisões matemáticas		
N.º empréstimos	32	46
Capital em dívida	373 688,02	534 890,08
Valor médio por associado	11 677,75	11 628,05
Totais		
N.º empréstimos	34	48
Capital em dívida	458 036,67	626 504,65
Valor médio por associado	13 471,67	13 052,18

Apresentamos de seguida a variação ocorrida nas imparidades acumuladas em 31/12/2024 e 31/12/2023 as quais respeitam às dívidas não correntes dos associados nos empréstimos hipotecários.

	Saldo em 01-01-2023	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2023	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2024
Imparidades dívidas a receber	90 832,07	6 832,75	(7 070,25)	90 594,57	1 031,72	(8 297,64)	83 328,65
	90 832,07	6 832,75	(7 070,25)	90 594,57	1 031,72	(8 297,64)	83 328,65

Nomeadamente:

Empréstimo	Perdas Imparidade Acumuladas		Reversões dívidas a receber	Perdas Imparidade Acumuladas	
	31.12.2023	Constituição / Reforço		31.12.2024	
HF/01/10	75 430,87	1 031,72	-	76 462,59	
HF/07/03	15 163,70	-	(8 297,64)	6 866,06	
Total acumulado	90 594,57	1 031,72	(8 297,64)	83 328,65	

Os valores em dívida referentes ao empréstimo HF/07/03 estão a ser regularizados de acordo o plano de pagamento previamente estabelecido, o qual termina no ano de 2025.

O empréstimo HF/01/10 encontra-se em contencioso e a ser acompanhado pelos serviços jurídicos.

No que respeita aos saldos credores, apresentamos de seguida o detalhe a 31/12/2024, e 31/12/2023:

	2024			2023		
	Valor	Corrente	Não corrente	Valor	Corrente	Não corrente
Quotas:						
Plano I a V	71,60	71,60	-	71,40	71,40	-
Rendas vitalícias:						
Plano Ve VI	86 186,46	86 186,46	-	28 120,65	28 120,65	-
Plano I e VII	20 917,87	20 917,87	-	20 510,27	20 510,27	-
	107 175,93	107 175,93	-	48 702,32	48 702,32	-

Com referência a 31 de dezembro de 2024 estes saldos respeitavam:

- (i) aos capitais devidos nos planos de benefícios e rendas vitalícias que nesta data se encontravam pendentes de decisão por parte dos associados, 107.104,33 euros e
- (ii) a quotizações antecipadamente liquidadas pelos associados e respeitantes a exercícios futuros, 71,60 euros.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da conta Estado e Outros Entes Públicos em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	2024	2023
IRS - Retenção imposto s/ rend.	-	12,00
Saldos devedores	-	12,00
IRC - A pagar	711,08	259,16
IRS - Retenção de imposto sobre o rendimento	9 895,68	11 215,60
Restantes impostos	63,21	219,64
Contribuições para a Segurança Social	5 794,69	5 481,78
Saldos credores	16 464,66	17 176,18

Os saldos credores respeitam a valores retidos ou processados sobre rendimentos referentes ao mês de dezembro de 2024 e regularizados junto das respetivas entidades em janeiro de 2025.

Na rubrica IRS - Retenção de imposto sobre o rendimento, 9.895,68 euros compreende o imposto retido sobre rendimentos de:

- (i) Trabalho Dependente, 3.173,00 euros,
- (ii) Trabalho Independente, 1.207,19 euros;
- (iii) Capitais (imposto retido sobre rendimentos de planos de benefícios), 5.503,49 euros.
- (iv) Pensões (imposto retido sobre pensão paga a residente no estrangeiro), 12,00 euros.

11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Apresentamos de seguida a decomposição dos Outros Créditos a receber em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Juros a receber	270 697,07	-	270 697,07	301 795,71	-	301 795,71
Juros sobre suprimentos AC27	288 814,20	-	288 814,20	162 240,75	-	162 240,75
Juros sobre prestações acessórias IMO4BUILD	181 999,40	-	181 999,40	59 630,29	-	59 630,29
Juros sobre prestações acessórias Dinosaur Strategy	-	-	-	926 416,44	-	926 416,44
Juros sobre prestações acessórias Regras Oportunas	303 013,70	-	303 013,70	-	-	-
Outros acréscimos de rendimentos	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	12 969,07	-	12 969,07	362 454,07	-	362 454,07
	1 057 493,44	-	1 057 493,44	1 812 537,26	-	1 812 537,26

O saldo da conta Juros a receber, 270.697,07 euros, compreende a especialização dos juros que se vencem em 2025 relativos a:

- (i) empréstimos concedidos, 447,49 euros;
- (ii) depósitos a prazo, 1.232,88 euros;
- (iii) obrigações, 241.293,15 euros e
- (iv) outros investimentos de rendimento fixo, 27.723,55 euros.

Os Outros Devedores compreendem essencialmente o valor a receber após o registo do cancelamento das penhoras sobre o imóvel da Av. Almirante Gago Coutinho, 12.454,07 euros (à data de elaboração deste relatório continua em curso o processo de extinção das ações executivas).

Apresentamos de seguida a decomposição das Outras Dívidas a pagar em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Accionistas/Sócios	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a pagar ao pessoal	48.467,38	-	48.467,38	40.040,91	-	40.040,91
Trabalhos especializados	-	-	-	-	-	-
Seguros a liquidar	1.530,38	-	1.530,38	3.142,29	-	3.142,29
Juros a liquidar	1.509,16	-	1.509,16	-	-	-
Outros	29.272,00	-	29.272,00	78.992,21	-	78.992,21
Outros credores	7.259.829,57	-	7.259.829,57	9.663.371,38	-	9.663.371,38
	7.340.608,49	-	7.340.608,49	9.785.546,79	-	9.785.546,79

As remunerações a pagar ao pessoal compreendem os valores referentes a Férias e Subsídio de Férias de 2024 a pagar aos colaboradores em 2025.

O saldo identificado como "Credores por acréscimos de gastos - Outros", no valor de 29.272 euros, respeita essencialmente à especialização de serviços de consultoria externa referentes ao 4.º trimestre de 2024, no valor de 25.000,00 euros.

O saldo da rubrica Outros credores, no valor de 7.259.829,57 euros, respeita ao capital ainda não realizado nos investimentos em Fundos de Private Equity. Este valor foi relevado como passivo corrente de acordo com o definido no Aviso 8259/2015 (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo) e na Circular 7/2016 da CMVM.

12. DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 558,26	28 440,32
	7 558,26	28 440,32
Rendimentos a reconhecer	240,98	539,51
	240,98	539,51

O saldo da Diferimentos – Seguros respeita essencialmente à especialização dos gastos a reconhecer no futuro com o Seguro Responsabilidade Civil, 6.115,07 euros

O saldo Rendimentos a reconhecer respeita ao valor dos juros das moratórias de empréstimos a associados incorporados no capital em dívida, cujo valor será reconhecido à medida que as prestações dos novos planos de pagamento se forem vencendo.

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A conta de Caixa e Depósitos Bancários em 31/12/2024 e 31/12/2023 detalha-se conforme se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	345,00	345,00
Depósitos à ordem	271 220,10	380 756,29
Depósitos a prazo	2 100 000,00	1 000 000,00
	<u>2 371 565,10</u>	<u>1 381 101,29</u>

O valor registado como depósitos a prazo respeita a dois depósitos constituídos por aplicação da liquidez existente:

Banco	início	fim	Dias	Taxa (%)	Valor
NB	13/12/2024	14/03/2025	91	2,50%	1 000 000,00
NB	30/12/2024	31/03/2025	91	2,50%	1 100 000,00
					<u>2 100 000,00</u>

14. FUNDOS PATRIMONIAIS

O MONAF por ser uma Associação Mutualista não tem Capital Social.

Apresentamos de seguida a decomposição dos fundos patrimoniais em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fundos	247 500,00	247 500,00
Reservas	17 954,52	-
Resultados transitados	341 135,80	-
Subtotal	<u>606 590,32</u>	<u>247 500,00</u>
Resultado líquido do período	253 619,12	359 090,32
Total	<u>860 209,44</u>	<u>606 590,32</u>

Conforme deliberado em Assembleia Geral de 30/03/2024, que aprovou o Relatório e Contas do Exercício de 2023 o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 359.090,32 euros, foi distribuído da seguinte forma:

- (i) 17.954,52 euros para Reserva Geral e;
- (ii) o valor remanescente, no montante de 341.135,80 euros, para Resultados Transitados

Em 2025 os Fundos Patrimoniais irão registar, se aprovada pela Assembleia Geral a proposta da Administração, um ajustamento correspondente à aplicação do Resultado Líquido do Exercício, positivo em 253.619,12 euros, dos quais 12.680,96 (5%) serão aplicados em reserva geral, sendo o valor remanescente, no montante de 240.938,16 euros (95%) aplicados em Resultados Transitados.

15. PROVISÕES ESPECÍFICAS

Como habitualmente foi elaborado o estudo anual referente às responsabilidades com Planos de Benefícios e no Balanço Técnico Atuarial referente ao exercício de 2024 por Técnica Atuarial certificada, independente e externa à Instituição e a evolução das Provisões Específicas nos períodos findos em 31/12/2024 e em 31/12/2023 é detalhada conforme se segue:

	Saldo em 01-01-2023	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2023	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2024
Provisões matemáticas	82 654 240,83	6 774 971,91	(4 417 468,16)	85 011 744,58	2 708 415,57	(1 342 305,60)	86 377 854,55
	82 654 240,83	6 774 971,91	(4 417 468,16)	85 011 744,58	2 708 415,57	(1 342 305,60)	86 377 854,55
Valor líquido do período			2 357 503,75			1 366 109,97	

As Provisões Matemáticas apresentam-se distribuídas da seguinte forma encontrando-se todos os Planos de Previdência em formação e em pagamento integralmente provisionados a 100%:

	2024	2023
Plano I – Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Invalidez	22 129 127,86	23 238 264,51
Plano II – Pensão ao cônjuge sobrevivente de Associado falecido	41 201,42	39 814,24
Plano III – Pensão aos filhos de Associado falecido	205 878,29	255 322,20
Total da Provisão para Planos de Previdência	22 376 207,57	23 533 400,95
Plano V – Capitais de Previdência com Valor de Resgate	3 630 453,75	3 289 831,59
Plano VI – Capitais a Quota Única Reembolsáveis por Morte	13 722 401,13	12 467 597,68
Plano VII – MONAF Jovem	-	-
Total da Provisão para Planos de Capitalização	17 352 854,88	15 757 429,27
Plano I – Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Invalidez	46 476 793,63	45 534 610,78
Plano II – Pensão ao cônjuge sobrevivente de Associado falecido	167 630,97	177 597,67
Total da Provisão para Rendas Vitalícias em Pagamento	46 644 424,60	45 712 208,45
Plano III – Pensão aos Filhos de Associado falecido	-	-
Plano VII – MONAF Jovem	4 367,50	8 705,91
Total da Provisão para Rendas Temporárias em Pagamento	4 367,50	8 705,91
Total	86 377 854,55	85 011 744,58

E a sua variação por planos de benefícios apresenta o seguinte desdobramento:

	PLANOS DE BENEFÍCIOS						TOTAL
	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII	
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 885 657,22	2 598,36	5 508,69	1 694 883,49	1 251 728,44	-	4 840 376,20
Quotizações e Jóias	1 762 675,32	2 482,08	5 330,29	1 675 528,96	1 216 545,50	-	4 662 562,15
Serviços Secundários	122 981,90	116,28	178,40	19 354,53	35 182,94	-	177 814,05
PRESTAÇÕES ASSOCIADOS DAS MUTUALIDADES	(5 418 891,93)	(33 076,92)	-	(2 301 549,96)	(3 424 309,97)	(3 689,17)	(11 181 517,95)
RESULTADO BRUTO	(3 533 234,71)	(30 478,56)	5 508,69	(606 666,47)	(2 172 581,53)	(3 689,17)	(6 341 141,75)
OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	26 699,61	36,79	78,00	23 998,39	17 723,61	-	68 536,40
Financiamentos concedidos - Juros	8 048,76	11,09	23,51	7 234,46	5 342,89	-	20 660,71
Financiamentos concedidos - Imparidade	2 830,57	3,90	8,27	2 544,20	1 878,98	-	7 265,92
Outros	15 820,28	21,80	46,22	14 219,73	10 501,75	-	40 609,77
GASTOS ADMINISTRATIVOS	(304 872,32)	(420,10)	(890,64)	(274 028,10)	(202 378,96)	-	(782 590,13)
OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	166 198,01	8 578,48	563,90	(292 423,69)	(1 255 305,15)	4 338,41	(1 368 050,04)
Varição Provisão Específica do Sector	166 953,80	8 579,52	566,11	(291 744,36)	(1 254 803,45)	4 338,41	(1 366 109,97)
Outros	(755,79)	(1,04)	(2,21)	(679,33)	(501,70)	-	(1 940,07)
RESULTADO OPERACIONAL	(3 645 209,41)	(22 283,39)	5 259,95	(1 149 119,87)	(3 612 542,04)	649,24	(8 423 245,52)
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO	(27 552,59)	(37,97)	(80,49)	(24 765,06)	(18 289,83)	-	(70 725,94)
RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	6 948 370,04	21 150,43	492,81	388 048,79	1 389 797,25	442,34	8 748 301,66
Resultados Imputados a Subsidiárias, Assoc. e EC	(49 975,78)	(152,12)	(3,54)	(2 791,02)	(9 996,04)	(3,18)	(62 921,69)
Rendimentos	2 060 334,05	6 271,54	146,13	115 064,41	412 103,35	131,16	2 594 050,64
Imparidades e JV	4 823 092,06	14 681,21	342,08	269 357,42	964 703,96	307,04	6 072 483,76
Cambial	114 919,72	349,81	8,15	6 417,97	22 985,98	7,32	144 688,95
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO	3 275 608,05	(1 170,93)	5 672,27	(785 836,15)	(2 241 034,62)	1 091,58	254 330,20
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	(277,01)	(0,38)	(0,81)	(248,99)	(183,89)	-	(711,08)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - 2024	3 275 331,03	(1 171,31)	5 671,46	(786 085,13)	(2 241 218,51)	1 091,58	253 619,12
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - 2023	(3 174 152,71)	14 409,56	6 986,04	606 196,01	2 905 033,33	618,08	359 090,32

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	2024	2023
Financiamentos Obtidos		
Empréstimos Bancários	-	2 000 000,00
Conta-Caucionada	-	-
	-	2 000 000,00

A linha de financiamento de M/L prazo 2021/2025 celebrada em com o Novo Banco foi liquidada na sua totalidade no início de fevereiro de 2024 (2.000.000,00 euros) mantendo-se contratualizada uma linha de conta corrente caucionada, para apoio a tesouraria, no valor de 4.000.000,00 euros.

Esta conta, quando utilizada, vence juros mensais à taxa Euribor a 1 mês acrescida de um spread de 0,6% encontrando-se ainda isenta de comissão de imobilização.

A 31 de dezembro de 2024 não se encontravam em utilização quaisquer montantes da linha de financiamento.

Servem como garantia destes financiamentos os seguintes títulos

Título	ISIN	Quantidade	Cotação 31/12/24	Valor 31/12/24
US TREAS 1,875% 2051	US912810SU34	1 600 000	55,781%	860 593,79
US TREAS 1,875% 15/11/51	US912810TB44	4 500 000	55,312%	2 400 069,43
CMZB 6,125% PERP	XS2189784288	1 000 000	101,065%	1 010 650,00
LLOYDS 6,375% PERP	XS1043545059	500 000	100,135%	500 675,00
DEUTSCHE BANK AG 6,75%	DE000DL19WG7	1 000 000	100,917%	1 009 170,00
				5 781 158,22

17. FORNECEDORES

Apresentamos de seguida a decomposição dos fornecedores em 31/12/2024 e 31/12/2023:

2024			2023		
Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
9 796,26	-	9 796,26	33 682,65	-	33 682,65
9 796,26	-	9 796,26	33 682,65	-	33 682,65

O saldo respeita a valores em dívida a 31/12/2024 e regularizados em janeiro e fevereiro de 2025.

18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os Vendas e Serviços prestados pelo MONAF em 31/12/2024 e em 31/12/2023 são detalhados da seguinte forma:

	2024	2023	Varição	%
Serviços prestados				
Quotizações	4 662 562,15	5 385 191,99	(722 629,84)	(13,4)
Receitas Administrativas	86 230,48	97 934,53	(11 704,05)	(12,0)
Outros	91 708,67	65 283,75	26 424,92	40,5
	4 840 501,30	5 548 410,27	(707 908,97)	(12,8)

Os Serviços prestados ascendem, com referência a 31 de dezembro de 2024, a 4.840.501,30 euros, dos quais 4.662.562,15 euros respeitam a quotizações e 86.230,48 euros a Receitas Administrativas.

A rúbrica, Outros, no valor de 91.708,67 euros, compreende essencialmente:

- (i) Taxa administrativa sobre rendas, 66.442,05 euros e
- (ii) Planos da anuidade anterior que apenas tiveram a sua resolução em 2024, 25.266,52 euros.

Apresentamos o detalhe das quotizações:

	2024	2023	Variação	%
Quotizações				
Plano I	1 762 675,32	1 927 161,57	(164 486,25)	(8,5)
Plano II	2 482,08	3 566,24	(1 084,16)	(30,4)
Plano III	5 330,29	6 462,50	(1 132,21)	(17,5)
Plano V	1 675 528,96	1 818 639,08	(143 110,12)	(7,9)
Plano VI	1 216 545,50	1 629 362,60	(412 817,10)	(25,3)
Plano VII	-	-	-	-
	4 662 562,15	5 385 191,99	(722 629,84)	(13,4)
Receitas administrativas				
Plano I	54 474,54	59 851,80	(5 377,26)	(9,0)
Plano II	116,28	170,45	(54,17)	(31,8)
Plano III	178,40	220,27	(41,87)	(19,0)
Plano V	19 295,80	21 398,35	(2 102,55)	(9,8)
Plano VI	12 165,46	16 293,66	(4 128,20)	(25,3)
Plano VII	-	-	-	-
	86 230,48	97 934,53	(11 704,05)	(12,0)
Total de Quotizações				
Plano I	1 817 149,86	1 987 013,37	(169 863,51)	(8,5)
Plano II	2 598,36	3 736,69	(1 138,33)	(30,5)
Plano III	5 508,69	6 682,77	(1 174,08)	(17,6)
Plano V	1 694 824,76	1 840 037,43	(145 212,67)	(7,9)
Plano VI	1 228 710,96	1 645 656,26	(416 945,30)	(25,3)
Plano VII	-	-	-	-
	4 748 792,63	5 483 126,52	(734 333,89)	(13,4)

Por comparação com o valor registado em 2023 as quotizações diminuíram 722.629,84 euros (-13,4%). Esta variação decorre essencialmente de:

O Plano I com uma diminuição de 164.486,25 euros (-8,5%) justificada quase na sua totalidade com a redução dos valores de entregas únicas efetuadas pelos associados direcionadas para reforço das rendas vitalícias imediatas ou diferidas;

No Plano V, redução de 143.110,12 euros (-7,9%), sempre dependente dos valores que se vencem em cada anuidade e que este ano registaram perto de 2 milhões de euros, reduzindo significativamente as quotas cobradas para este plano e em sentido oposto porque as novos capitais contratados tiveram quotizações inferiores às que se venceram na anuidade.

Os Planos VI registaram subscrições num total de 1.216.545,50 euros o que, quando comparado com os valores registados na anuidade transata, representa uma redução de 25,3% (em valores absolutos, menos 412.817,10 euros).

Também neste Plano os novos capitais estão sempre dependentes da renovação dos capitais vencidos e da entrada de novos recursos pelos associados.

As receitas administrativas de gestão apresentaram uma diminuição de 11.704,05 euros que se deve fundamentalmente, à redução do valor das quotizações registadas nesta anuidade.

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	2024	2023
Trabalhos especializados	231 180,40	243 066,49
Publicidade e propaganda	6 228,80	2 381,28
Vigilância e segurança	2 427,98	2 119,40
Honorários	18 130,16	14 292,60
Comissões	6 378,27	6 973,85
Conservação e reparação	1 910,88	2 234,99
Serviços bancários	45 427,14	25 083,80
Outros serviços especializados	8 933,12	7 451,72
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	169,06	25,50
Livros de documentação técnica	99,98	99,98
Material de escritório	6 303,61	5 310,30
Jornais e revistas	-	-
Outros serviços	286,36	531,25
Combustíveis	1 324,30	1 417,15
Deslocações e estadas	16 082,52	13 681,15
Rendas e alugueres	5 594,68	6 325,40
Comunicação	8 671,99	7 644,10
Seguros	25 572,37	25 749,52
Despesas de representação	4 328,70	95,40
Contencioso e notariado	-	361,26
Limpeza, higiene e conforto	2 594,45	2 186,65
Outros serviços	887,84	1 430,40
	392 532,61	368 462,19

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 24.070,42 euros (6,5%) face ao exercício de 2023 na sua maioria relacionados com o aumento dos custos bancários.

As principais rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos são:

- Trabalhos Especializados, 231.180,40 euros;
- Seguros, 25.572,37 euros, dos quais se destaca o referente a Acidentes Pessoais Grupo, 18.603,79 euros e Responsabilidade Civil, 6.016,44 euros;
- Serviços Bancários, 45.427,14 euros (na sua maioria relacionados com comissões sobre operações com ativos financeiros, totalizando 45.242,52 euros em 2024 e 24.707,40 euros em 2023);
- Honorários (nomeadamente consultoria atuarial), 18.130,16 euros.

A rubrica Trabalhos Especializados compreende os custos suportados com:

	2024	2023	Variação	%
Coordenação, Gestão e Assessoria Económica	73 800,00	73 800,00	-	-
Coordenação e Consultoria Comercial	24 077,00	21 481,90	2 595,10	12,08
Revisores Oficiais de Contas	14 760,00	14 760,00	-	-
Informática	14 089,70	13 086,74	1 002,96	7,66
Consultoria Financeira (Heed Capital)	97 478,13	98 854,08	(1 375,95)	(1,39)
Consultoria Jurídica	-	10 499,67	(10 499,67)	(100,00)
Consultoria de Avaliação Médica	2 842,98	2 705,00	137,98	5,10
Outros	4 132,59	7 879,10	(3 746,51)	(47,55)
	231 180,40	243 066,49	(11 886,09)	(4,89)

O decréscimo do saldo desta rubrica deve-se essencialmente à ausência, em 2024, de serviços de consultoria Jurídica.

20. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	296 907,08	268 537,76
Benefícios pós-emprego	10 820,80	9 167,20
Encargos sobre remunerações	58 646,90	49 145,26
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 512,03	1 428,03
Outros gastos com o pessoal	21 425,40	17 333,41
	389 312,21	345 611,66

Os Gastos com o Pessoal registaram uma variação positiva em 43.700,55 euros (12,6%). Este aumento decorreu da revisão salarial e respetivos encargos.

A rubrica de Outros Gastos com o Pessoal compreende, essencialmente, os gastos suportados com o Seguro de Saúde (21.425,40 euros) para os colaboradores e agregados familiares, parte integrante da política de responsabilidade social da Instituição

O quadro de pessoal da instituição é constituído por 9 colaboradores.

Verifica-se assim que os Gastos da Gestão Administrativa no MONAF representaram 782.669 euros na anuidade (716.550 euros em 2023) conforme indicado no quadro seguinte

Gastos gestão administrativa	2024	2023
Fornecimentos e Serviços Externos	(392 532,61)	(368 462,19)
Gastos com o Pessoal	(389 312,21)	(345 612,66)
Gastos de depreciação e Amortização	(824,37)	(2 475,78)
	<u>(782 669,19)</u>	<u>(716 550,63)</u>

Já o total das receitas da mesma natureza, ou seja, as Receitas Administrativas cobradas via quotizações dos planos em formação (86.230,48 euros) e pagamento das rendas vitalícias (66.442,05 euros) atingiram o montante de 152.672,53.

Resultados gestão administrativa	2024	2023
Gastos administrativos	(782 669,19)	(716 550,63)
Receitas administrativas	<u>152 672,53</u>	<u>162 280,85</u>
	<u>(629 996,66)</u>	<u>(554 269,78)</u>
Custo líquido da gestão adm. em % ativos geridos	0,76%	0,67%

Gerir o MONAF no relacionamento e satisfação das necessidades e solicitações dos seus 3.468 associados efetivos, dos quais 1.210 pensionistas com rendas vitalícias mensais em pagamento, com os seus 9 colaboradores efetivos, os consultores e especialistas nas áreas comerciais, financeiras, atuarial, jurídica, solicitador, revisor oficial de contas etc., a que acrescem os custos relacionados com as suas instalações e equipamentos, sistemas informáticos, seguros, deslocações etc., foi feito com custos da gestão administrativa que representaram apenas 0,76% (no ano em curso), do património sob gestão (83,3M€ no início da anuidade) ano em que o MONAF alcançou uma rentabilidade de 10,9% sobre os seus ativos, conforme já referido anteriormente.

Como se entenderá e reconhecerá analisando o que são os custos de gestão em qualquer sociedade gestora de fundos de pensões (com idêntica natureza no que se refere ao funcionamento e objetivos) ou em sociedades de gestão de ativos financeiros, tem o MONAF conseguido uma fortíssima eficiência e produtividade na gestão da instituição com custos muito abaixo dos que são gerados e habituais no sector.

21. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias - MEP	4 012,19	-
Diferenças de câmbio favoráveis	389 565,14	81 185,99
Alienações		
Títulos detidos até à maturidade	17 535,75	5 819,44
Em carteiras com operadores Divs	66 295,30	1 085,73
Em fundos de Investimento	-	38 961,18
Outros	-	1 193 200,00
Investimentos não financeiros		
Alienações	-	7 000,00
Correções relativas a exercícios anteriores	11 950,50	60,93
Consignação fiscal	39 881,51	37 642,84
Outros	603,16	1,01
	<u>529 843,55</u>	<u>1 364 957,12</u>
Juros, dividendos e outros rendimentos		
Juros obtidos		
Depósitos	1 089,04	67 635,85
Obrigações	869 949,28	899 985,84
De Financiamentos Concedidos	20 660,71	52 596,91
Outros	9 613,93	8 830,96
Dividendos	-	11 690,00
Rendimentos Similares	1 631 053,18	1 463 122,16
	<u>2 532 366,14</u>	<u>2 503 861,72</u>
	<u>3 062 209,69</u>	<u>3 868 818,84</u>

No cômputo geral, esta rubrica apresenta uma diminuição de 806.609,15 euros face aos valores apresentados em 2023.

Os Outros Rendimentos e Ganhos registaram uma diminuição de 835.113,57 euros que decorre essencialmente da contrapartida recebida no exercício anterior, no valor de 1.193.200,00 euros, pela redução de capital por extinção de ações da sociedade GLOBCORE I, S.A. na qual o MONAF detém uma participação, via co-investimento com o Fundo Crest I, de 5%.

Nos Juros, Dividendos e Outros Rendimentos obtidos verifica-se um aumento de 28.504,42 euros. Esta variação decorre essencialmente da redução registada em juros e dividendos, no valor de 139.426,60 euros - nomeadamente devido à diminuição dos juros obtidos em Depósitos a Prazo (por redução dos montantes médios aplicados), 66.546,81 euros e em Financiamentos Concedidos (pela diminuição do número de empréstimos ativos de 48 para 34), 31.936,20 euros – compensada pelo aumento dos Rendimentos Similares em 167.931,02 euros.

Esta rubrica, com um saldo de 1.631.053,18 euros, compreende: (i) Juros sobre suprimentos e prestações acessórias, 1.308.219,53 euros (765.492,08 euros em 2023) e (ii) Rendimentos de Fundos, 322.833,05 euros (697.630,08 euros em 2023, dos quais 367.636,81 euros relativos ao Fundo CREST I).

22. OUTROS GASTOS

Apresentamos de seguida a conta Outros Gastos em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos	-	451,56
Alienações		
Subsidiárias, associadas e Emp. Conjuntos	66 933,88	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	258 232,96	161 121,91
Outros		
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,51	123,00
Donativos	1 700,00	6 850,00
Quotizações	240,00	240,00
Outros gastos	0,05	0,03
Custos com associados	11 181 517,97	10 145 525,53
	<u>11 508 625,37</u>	<u>10 314 312,03</u>

Esta conta apresenta um aumento de 1.194.313,34 euros (mais 11,58%) face a 2023, justificada essencialmente pela variação dos Custos com Associados, 1.035.992,44 euros (mais 10,21%).

Apresentamos de seguida a decomposição dos Custos com Associados:

Custos com associados	2024	2023
Pensões de sobrevivência		
Plano II	33 076,92	32 015,46
	<u>33 076,92</u>	<u>32 015,46</u>
Capitais vencidos em vida		
Plano V	2 301 549,96	1 935 815,42
Plano VI	3 248 684,98	2 271 566,96
	<u>5 550 234,94</u>	<u>4 207 382,38</u>
Capitais vencidos por morte		
Plano I	719,28	10 419,77
Plano V	-	101 639,67
Plano VI	175 624,99	464 120,90
	<u>176 344,27</u>	<u>576 180,34</u>
Capitais vencidos por resgate		
Plano V	-	4 533,48
	<u>-</u>	<u>4 533,48</u>
Rendas vitalícias		
Plano I	5 417 750,65	5 319 577,12
	<u>5 417 750,65</u>	<u>5 319 577,12</u>
Rendas temporárias		
Plano VII	3 689,17	4 475,38
	<u>3 689,17</u>	<u>4 475,38</u>
Outros custos com associados	422,02	1 361,37
	<u>11 181 517,97</u>	<u>10 145 525,53</u>

Relativamente aos Custos com as modalidades há a registar:

Pensões de Sobrevivência - Plano II

Aos cônjuges de associados já falecidos (13 associados) liquidaram-se, 33.076,92 euros

Capitais vencidos em vida Planos V e VI

Os Capitais vencidos nestes Planos de Benefícios registados por 5.550.234,94 euros apresentaram este ano um acréscimo de 1.342.852,56 euros (mais 31,92%), dos quais 365.734,54 euros (mais 18,89%) no Plano V e 977.118,02 euros (mais 43,02%) no Plano VI.

No que concerne aos Planos VI é importante referir que na anuidade em apreço venceram-se 961 Planos (1.119 em 2023) num valor total de 8.826.935,07 euros (9.329.601,79 euros em 2023).

Deste valor total apenas 3.248.684,98 euros foram contabilizados como capitais vencidos em vida, dos quais 2.315.042,21 euros foram para pagamento aos Associados, 145.180,61 euros destinaram-se a amortizações de empréstimos, 153.133,46 euros para reforços de rendas do Plano I e pagamento de quotas e 630.287,91 euros para constituição de novos Planos VI.

Existia um plano pendente de decisão ou de pagamento ao associado, 5.040,79 euros.

Rendas vitalícias em pagamento

Nas rendas mensais vitalícias em pagamento (Plano I), que cresceram 1,85%, foram liquidados 5.417.750,65 euros a 1.210 associados, os quais representam em termos médios, cerca de, 4.477 euros anuais por associado, ou se quisermos 373 euros/mês como "complemento de reforma" o que, mesmo em termos médios se considera de acrescida relevância no contexto atual do valor das pensões de reforma em Portugal.

É o reflexo do papel de relevo que o MONAF assume na área da previdência complementar privada dos farmacêuticos e seus associados em geral.

Rendas temporárias

Já nas rendas temporárias do Plano VII foram pagos a 4 beneficiários, 3.689,17 euros.

23. DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES

As Depreciações e Amortizações do exercício registadas em 31/12/2024 e 31/12/2023 foram as seguintes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	824,37	2 456,88
	<u>824,37</u>	<u>2 456,88</u>
Ativo intangíveis		
Programas de computador	-	18,90
	<u>-</u>	<u>18,90</u>
	<u>824,37</u>	<u>2 475,78</u>

24. JUROS DE EMPRÉSTIMOS

Os juros suportados no exercício registados em 31/12/2024 e 31/12/2023 foram os seguintes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros suportados	70 725,94	91 776,70
	<u>70 725,94</u>	<u>91 776,70</u>

Nesta anuidade foram suportados juros de financiamento, no valor de 70.725,94 euros dos quais 11.367,39 euros referentes à utilização do contrato de financiamento de M/L prazo e 59.358,55 euros com a utilização da conta corrente caucionada.

A variação face a igual período de 2023 deve-se à amortização do financiamento de M/L prazo em fevereiro de 2024, aos fluxos de utilização da conta corrente caucionada e à descida das taxas Euribor. Em termos comparativos e como exemplo a Euribor a 1 mês a 29.12.23 era de 3,845% e a 31.12.24 situava-se em 2,845%.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Desde a data de fecho do período e até à presente data não ocorreram outros factos relevantes que, de qualquer forma, alterem a situação líquida apresentada e justifiquem menção específica.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Alexandra Soares Sá

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel de Figueiredo Silvestre
Luís Miguel de Figueiredo Silvestre (Presidente)

Raquel Barreiros Faria Sampaio
Raquel Barreiros Faria Sampaio (Vice-Presidente)

Célia Sofia Gomes Salvado Boavida
Célia Sofia Gomes Salvado Boavida (Vogal)

Sónia Maria da Silva Pereira de Sousa
Sónia Maria da Silva Pereira de Sousa (Vogal)

Pedro Miguel Dias Vaz
Pedro Miguel Dias Vaz (Vogal)

Lisboa, 26 de fevereiro de 2025

PATRIMÓNIO SOB GESTÃO AFECTO AOS FUNDOS PERMANENTES A 31 DEZEMBRO 2024

Organismos de Investimento Coletivo (OIC's)	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Ações e Fundos de Ações	9 121 496	7 244 781	22 053	514	404 603	1 449 085	461
Fundos de Investimento Mistos e Hedge Funds	11 003 109	8 739 259	26 602	620	488 065	1 748 007	556
Obrigações e Fundos de Obrigações	7 020 477	5 576 039	16 973	395	311 408	1 115 307	355
Alternativos	370 884	294 576	897	21	16 451	58 920	19
Commodities	385 262	305 996	931	22	17 089	61 205	19
Outros	56 668	45 009	137	3	2 514	9 003	3
Liquidez	335 635	266 579	811	19	14 888	53 321	17
Subtotal	28 293 529	22 472 237	68 404	1 594	1 255 017	4 494 846	1 431

Alternativos	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Infraestrutura	7 221 192	5 735 458	17 458	407	320 311	1 147 193	365
Private Equity	15 962 290	12 678 106	38 591	899	708 040	2 535 846	807
SIMFE	0	0	0	0	0	0	0
Venture Capital	794 383	630 942	1 921	45	35 236	126 199	40
Subtotal	23 977 864	19 044 505	57 970	1 351	1 063 587	3 809 239	1 212

Fundos Imobiliários/Outros Imobiliário	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
FI Aberto	2 063 492	1 638 936	4 989	116	91 530	327 816	104
Imobiliário_Participação de capital	389 976	309 740	943	22	17 298	61 953	20
SPVs Imobiliários	8 972 290	7 126 274	21 692	505	397 984	1 425 381	454
Subtotal	11 425 759	9 074 950	27 624	644	506 813	1 815 151	578

Obrigações	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Obg_EUR_Não Cotadas	10 049 995	7 982 245	24 297	566	445 788	1 596 591	508
Obg_EUR_Cotadas	4 049 293	3 216 166	9 790	228	179 615	643 290	205
Obg_Moeda Estrang._Cotadas	3 933 138	3 123 909	9 509	222	174 462	624 837	199
Subtotal	18 032 426	14 322 319	43 596	1 016	799 865	2 864 718	912

Outros Investimentos	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Numismática	699 096	555 260	1 690	39	31 010	111 062	35
Produto Estruturado com Capital Garantido	962 557	764 514	2 327	54	42 696	152 916	49
Outros	1 967	1 562	5	0	87	312	0
Empréstimos Associados	374 708	297 613	906	21	16 621	59 528	19
Subtotal	2 038 327	1 618 949	4 928	115	90 414	323 818	103

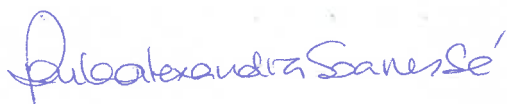
Depósitos Bancários e Financ. Obtido	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Depósitos a Prazo	2 100 000	1 667 933	5 077	118	93 150	333 616	106
Financiamentos Obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	2 100 000	1 667 933	5 077	118	93 150	333 616	106

Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
85 867 906	68 200 893	207 600	4 837	3 808 846	13 641 388	4 342

BASES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DO MONAF

Planos I; II; III; V; VI; VII				
	até 31-Dez-1997	01-Jan-1998 a 30-Jun-2004	01-Jul-2004 e 31-Dez-2017	após 01-Jan-2018
Tábua de Mortalidade	PM 60G	PP 79/82	PF94 e PM94	INE 2010-2012 Male/Female
Tábua de Invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Taxa Técnica de Juro	4%	2%	2%	1%
Plano I - Entregas Únicas com e sem Contrasseguro				
		01-Jan-2014 a 31-Ago-2016	após 01-Set-2016	
Tábua de Mortalidade (renda)		PF 94	INE 2010-2012 Female	
Tábua de Mortalidade (risco)		PM 94	INE 2010-2012 Male	
Taxa Técnica de Juro		2%	1%	

A CONTABILISTA CERTIFICADA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís Miguel de Figueiredo Silvestre (Presidente)



Raquel Barreiros Faria Sampaio (Vice-Presidente)



Célia Sofia Gomes Salvado Boavida (Vogal)



Sónia Maria da Silva Pereira de Sousa (Vogal)



Pedro Miguel Dias Vaz (Vogal)

Lisboa, 26 de fevereiro de 2025

